

**Administração Geral e Pública****Questão 1:** FCC - AJ TRT16/TRT 16/Administrativa/"Sem Especialidade"/2014**Assunto:** Indicadores de desempenho

Sobre Indicadores de Desempenho é correto afirmar:

- a) Uma das dimensões de análise é a Eficiência, que avalia a relação entre os resultados alcançados e os objetivos que motivaram a atuação institucional.
- b) Não servem de apoio à tomada de decisão.
- c) As variáveis componentes são: custo, tempo e qualidade.
- d) A utilização deles permite que as organizações consigam focar em todas as áreas e processos, levando a transformações estruturais e funcionais.
- e) O IDH, muito utilizado na gestão das políticas públicas, é o resultado da ponderação de três temas distintos (economia, saúde e educação).

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/201027

Questão 2: FCC - AJ TRT14/TRT 14/Judiciária/"Sem Especialidade"/2016**Assunto:** Indicadores de desempenho

Os indicadores são instrumentos metodológicos que permitem identificar e mensurar aspectos relacionados a certo conceito, situação, fenômeno, problema ou mesmo resultado de uma determinada intervenção na realidade social. Sobre os componentes básicos de um indicador, é correto afirmar:

- a) *Medida* é o valor de um indicador em determinado momento.
- b) *Fórmula* é a grandeza qualitativa ou quantitativa que permite classificar as características, os resultados e as consequências dos produtos, processos ou sistemas.
- c) *Índice* é o padrão matemático que expressa a forma de realização do cálculo.
- d) *Padrão* de comparação é o padrão matemático que expressa a forma de realização do cálculo.
- e) *Meta* é um número orientado por um indicador em relação a um padrão de comparação a ser alcançado durante certo período.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/348926

Questão 3: FCC - AJ (TJ PE)/TJ PE/Analista de Sistemas/2012**Assunto:** Balanced Scorecard (BSC)

A estratégia da empresa é refletida em quatro diferentes perspectivas do *Balanced Scorecard*. NÃO se trata de uma perspectiva do BSC:

- a) Financeira.
- b) Cliente.
- c) Colaboradores.
- d) Processos internos.
- e) Aprendizagem e renovação.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/150750

Questão 4: FCC - AJ TRE AP/TRE AP/Apoio Especializado/Contabilidade/2015**Assunto:** Planejamento Tático

As características do planejamento tático são: indica a participação de cada unidade no planejamento global, seu horizonte temporal é de médio prazo, e é definido por

- a) cada funcionário da empresa como contribuição ao planejamento operacional.
- b) equipes multidisciplinares que se apoiam em pesquisas de mercado.
- c) meio de indicadores de mercado, envolvendo clientes e concorrência.
- d) cada unidade organizacional como contribuição ao planejamento estratégico.
- e) todos os funcionários da empresa, indicando como cada tarefa deve ser feita.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/315005

Questão 5: FCC - AJ TRF5/TRF 5/Administrativa/2013**Assunto:** Planejamento e Estratégia no Setor Público

A respeito do ambiente interno das organizações públicas, considere:

- I.** Estrutura centralizada e tendência de achatamento.
- II.** Crescimento da Organização.
- III.** Os funcionários são chamados "servidores" pois têm que servir à população.
- IV.** O que importa é seguir a legislação.

Com relação aos aspectos que estão diretamente relacionados com "funcionários", com a "cultura" e com a "hierarquia", é correto o que consta APENAS em

- a) **I e II.**
- b) **I, II e III.**
- c) **III.**
- d) **III e IV.**
- e) **IV.**

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/132735

Questão 6: FCC - AJ TRF5/TRF 5/Administrativa/2013**Assunto:** Gestão por Processos (BPM CBOK, Ciclo PDCA, 6 Sigma etc.)

Mapear a estrutura de um processo complexo é determinante para sua avaliação de forma simplificada. A sequência que possibilita questionar e melhorar esse processo é

- a) criticar, rever e cortar.
- b) documentar, ampliar e cortar.
- c) medir, criticar e redesenhar.
- d) entender, documentar e medir.
- e) comparar, duplicar e executar.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/132738

Questão 7: FCC - AJ TRT19/TRT 19/Administrativa/"Sem Especialidade"/2014

Assunto: Gestão por Processos (BPM CBOK, Ciclo PDCA, 6 Sigma etc.)

Processo pode ser conceituado como um grupo de atividades realizada em uma sequência lógica com o objetivo de produzir um bem ou um serviço que tem valor para um grupo específico de clientes. Uma das classificações possíveis diz respeito aos níveis do processo, onde

- a) macroprocesso é o *output* do processo, ou seja, sua visão externa.
- b) tarefa é o *input* do processo, correspondente à cada atividade que o compõe.
- c) subprocessos são as externalidades derivadas de um processo, podendo ser positivas ou negativas.
- d) processos auxiliares são aqueles ligados às estratégias utilizadas na tomada de decisão, na coordenação dos demais processos e na avaliação de resultados.
- e) atividade é um conjunto de tarefas com procedimentos definidos que descrevem o passo a passo para a execução de acordo com algum método/ técnica.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/173988

Questão 8: FCC - AJ TRE RR/TRE RR/Administrativa/2015

Assunto: Gestão por Processos (BPM CBOK, Ciclo PDCA, 6 Sigma etc.)

As organizações de hoje operam em um ambiente cada vez mais dinâmico, exigindo que elas se adaptem constantemente a novas situações. Por isso, a redução dos níveis de burocratização é importante para que a organização consiga promover mudanças e melhorias nos processos de trabalho. Uma das ferramentas utilizadas para análise e melhoria de processos é o ciclo PDCA, cujo objetivo é

- a) organizar a análise e a solução de problemas, facilitando a implantação de uma filosofia de aperfeiçoamento contínuo dos processos da organização.
- b) permitir o surgimento de uma nova divisão estrutural e funcional na execução dos processos.
- c) agilizar a implementação de medidas para tornar a Administração pública mais transparente, participativa e proativa.
- d) permitir a adoção, pela Administração pública, de grandes, rápidas e radicais mudanças nos processos.
- e) realizar uma análise de cenários futuros, mapeando as oportunidades e os riscos incorridos pela Administração.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/261766

Questão 9: FCC - AJ TRT3/TRT 3/Administrativa/"Sem Especialidade"/2015

Assunto: Gestão por Processos (BPM CBOK, Ciclo PDCA, 6 Sigma etc.)

Os processos podem ser definidos como um conjunto de meios articulados de forma organizada para atingir os resultados pretendidos e comportam diversas classificações, dentre as quais:

- I.** Gerenciais, ligados às estratégias e utilizados na tomada de decisões e na coordenação dos demais processos.
- II.** Secundários, que correspondem a processos internos e fornecem as condições necessárias para a execução dos processos principais.
- III.** Macroprocessos, também denominados principais, que resultam na entrega de bens ou serviços ao cliente final.

Está correto o que consta APENAS em

- a) **I e II.**
- b) **I.**
- c) **II.**
- d) **II e III.**
- e) **III.**

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/292961

Questão 10: FCC - AJ (TRE PB)/TRE PB/Administrativa/2015

Assunto: Gestão por Processos (BPM CBOK, Ciclo PDCA, 6 Sigma etc.)

Entre as metodologias comumente mencionadas pela literatura para, respectivamente, a gestão de processos e gestão de projetos, destacam-se o Ciclo PDCA e a Teoria do Caminho Crítico, que possuem entre as principais características que podem ser apontadas, para cada qual, respectivamente,

- a) aprendizado pela repetição; lógica de fazer certo desde a primeira vez.
- b) diagnósticos das ameaças e desafios; avaliação dos cenários externos.
- c) ênfase no produto; escolha dos obstáculos de menor impacto.
- d) busca pela minimização de erros; cumprimento de prazos.
- e) crença de que o aprendizado se dá em ciclos; identificação dos gargalos para o projeto.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/320771

Direito Administrativo**Questão 11:** FCC - TJ TRT15/TRT 15/Administrativa/"Sem Especialidade"/2018**Assunto:** Atributos ou características dos atos administrativos

São imprescindíveis ao ato administrativo, dentre seus elementos e atributos,

- a) sujeito e autoexecutoriedade.
- b) finalidade e autoexecutoriedade.
- c) motivação e presunção de veracidade.
- d) presunção de veracidade e forma solene.
- e) objeto e presunção de veracidade.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/666132

Questão 12: FCC - TJ TRE PR/TRE PR/Administrativa/2017**Assunto:** Poder Hierárquico

A Administração pública direta organiza-se em órgãos, cuja atuação é informada por princípios e regras. A estrutura funcional pressupõe organização hierarquizada, que confere à Administração pública alguns poderes e prerrogativas, tais como a

- a) possibilidade da autoridade superior avocar competência para realizar as funções e atribuições de seus subordinados, independentemente de se tratar de competências privativas ou exclusivas, bem como de previsão normativa expressa.
- b) competência para editar atos normativos autônomos, de caráter funcional e disciplinar, instituindo regras de atuação da Administração e infrações disciplinares com suas respectivas sanções.
- c) possibilidade de determinados servidores aplicarem sanções aos seus subordinados hierarquicamente, em caso de infrações disciplinares, na forma legalmente prevista.
- d) possibilidade de delegar competências exclusivas por critério subjetivo, quando a organização administrativa entender que uma determinada autoridade ou órgão poderia melhor desempenhar determinadas funções.
- e) competência para instituir sanções, aplicá-las ou perdooá-las, em análise discricionária feita pela autoridade competente, sempre que entender que a decisão melhor atenderá o interesse público.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/527264

Questão 13: FCC - AJ TRE AP/TRE AP/Apoio Especializado/Contabilidade/2015**Assunto:** Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)

Considere os seguintes itens:

- I.** Praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência.
- II.** Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.
- III.** Revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.
- IV.** Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- V.** Negar publicidade aos atos oficiais.

Nos termos da Lei nº 8.429/92, a pena de ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos é aplicável ao ato constante em

- a) **V.**
- b) **III.**
- c) **II.**
- d) **IV.**
- e) **I.**

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/314998

Questão 14: FCC - TJ TRE RR/TRE RR/Apoio Especializado/Operação de Computadores/2015**Assunto:** Processo Administrativo Federal (Lei 9.784/1999)

É regra atinente ao processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal a vedação

- a) de cobrança de despesas processuais em qualquer hipótese.
- b) do impulso de ofício do processo.
- c) do sigilo.
- d) da renúncia total ou parcial de competência, salvo se autorizado em lei.
- e) da apresentação de alegações finais.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/261785

Questão 15: FCC - AJ TRE AP/TRE AP/Administrativa/2015**Assunto:** Dos Princípios (arts. 1º a 5º, e art. 50 Lei 8.666)

Considere a seguinte situação hipotética: o Estado do Amapá, após concluído procedimento licitatório e adjudicado o objeto da licitação ao vencedor do certame, adiou a contratação. No caso narrado,

- a) há afronta ao princípio da impessoalidade, independentemente de ter havido ou não justa causa para o adiamento.
- b) há nítida afronta ao princípio da adjudicação compulsória, independentemente de ter havido ou não justa causa para o adiamento.
- c) há nítida afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, independentemente de ter havido ou não justa causa para o adiamento.
- d) não há afronta a quaisquer dos princípios que regem as licitações, independentemente de ter havido ou não justa causa para o adiamento.
- e) não há afronta ao princípio da adjudicação compulsória, se houver justa causa para o adiamento.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/315388

Questão 16: FCC - TJ TRE AP/TRE AP/Administrativa/2015**Assunto:** Licitação dispensável (art. 24 da Lei 8.666/1993)

O Estado do Amapá realizou procedimento licitatório na modalidade concorrência. No entanto, não acudiram interessados, isto é, nenhum interessado apresentou a documentação exigida na proposta. Tendo em vista que a realização de novo certame será prejudicial ao Estado, a licitação é

- a) inexigível, não sendo necessariamente mantidas as mesmas condições do instrumento convocatório, posto que a licitação anterior é denominada licitação deserta.
- b) dispensável, não sendo necessariamente mantidas as mesmas condições do instrumento convocatório, posto que a licitação anterior é denominada licitação fracassada.
- c) inexigível, desde que mantidas, na contratação direta, todas as condições constantes do instrumento convocatório.
- d) dispensável, desde que mantidas, na contratação direta, todas as condições constantes do instrumento convocatório.
- e) inexigível, também ocorrendo quando, em licitação anterior tiver acudido interessados, mas nenhum for selecionado, em decorrência da inabilitação ou da desclassificação.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/315756**Questão 17:** FCC - AJ TRF5/TRF 5/Administrativa/"Sem Especialidade"/2017**Assunto:** Licitação dispensável (art. 24 da Lei 8.666/1993)

Enquanto determinado órgão municipal promovia uma licitação com base na Lei nº 8.666/93 para contratação de serviços de desenvolvimento, operação e manutenção de softwares, no âmbito de uma autarquia estadual, tramitava um processo administrativo para contratação com o mesmo objeto, reconhecida, contudo, hipótese de dispensa de licitação.

Essa dualidade de situações, idêntico objeto ora contratado por meio de licitação, ora mediante dispensa de licitação,

- a) é incompatível com a Lei nº 8.666/93, tendo em vista que as hipóteses de dispensa de licitação não permitem juízo discricionário por parte do administrador, de forma que, caso se tipifique uma delas, é inócua a realização de certame, cujo resultado já se conhece antecipadamente, sob pena de oneração desnecessária do erário público.
- b) poderia ser compatível com a Lei nº 8.666/93 caso a dispensa de licitação fosse reconhecida na esfera municipal, em razão da menor disponibilidade de empresas potenciais competidoras no certame na circunscrição territorial, o que não ocorre no âmbito estadual, sendo de rigor a observância do princípio da máxima competição.
- c) é compatível com a Lei nº 8.666/93 se for considerado o valor da contratação, posto que o número de empresas com capacidade de atendimento do vulto e complexidade do objeto de contratação pretendido pela autarquia estadual é menor que aquelas capazes de atender a Municipalidade, sendo plenamente factível a hipótese de inviabilidade de competição narrada.
- d) pode ser compatível caso, por exemplo, a autarquia estadual esteja contratando uma empresa estatal também integrante da administração indireta estadual, que tenha sido criada antes da entrada em vigor da Lei nº 8.666/93 e cujo objeto social contemple a prestação dos serviços de informática em questão, em valores compatíveis com o mercado.
- e) não será compatível com a Lei nº 8.666/93 se o município fizer parte do Estado em cuja estrutura estiver empresa estatal prestadora dos serviços em questão, posto que, nesta hipótese, a norma que estabelece dispensa de licitação obriga que a municipalidade contrate o referido ente.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/583868**Questão 18:** FCC - AJ TRE RR/TRE RR/Administrativa/2015**Assunto:** Impugnação ao edital (art. 41, §§ 1º a 3º, Lei 8.666)

A empresa XYZ constatou irregularidade em edital de concorrência, na qual pretende participar, razão pela qual impugnou os termos do edital, dentro do prazo previsto para tanto, conforme os ditames da Lei nº 8.666/93. O prazo a que se refere o enunciado é de até

- a) três dias úteis, posteriores à abertura dos envelopes de habilitação.
- b) um dia útil, antecedente à abertura dos envelopes de habilitação.
- c) dois dias úteis, antecedentes à abertura dos envelopes de habilitação.
- d) cinco dias úteis, posteriores à abertura dos envelopes de habilitação.
- e) vinte horas antes da abertura dos envelopes de habilitação.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/261811**Questão 19:** FCC - TJ TRE PR/TRE PR/Administrativa/2017**Assunto:** Duração dos contratos administrativos (art. 57, Lei 8666)

Partindo do conceito de contrato administrativo e das características que o predicam, bem como considerando a variedade de relações jurídicas de outras naturezas que a Administração pública pode travar, **NÃO** são exigências ou consequências dos contratos de locação por esta firmados:

- a) necessidade de realização de licitação salvo configuração de hipótese de dispensa ou inexigibilidade do certame.
- b) submissão aos princípios que norteiam a Administração pública, mesmo se tratando de contratos regidos pelo direito privado.
- c) necessidade de formalização de alteração contratual de valor ou objeto, desde que mantida a finalidade da avença.
- d) necessidade de formalização de procedimento de dispensa de licitação, caso se configure hipótese legal que autorize a não realização do certame sob esse fundamento.
- e) submissão aos prazos de vigência contratual aplicáveis aos contratos administrativos, na forma estabelecida pela Lei nº 8.666/1993.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/527273**Questão 20:** FCC - TJ TRT15/TRT 15/Administrativa/"Sem Especialidade"/2018**Assunto:** Alteração contratual (art. 58, inciso I e §§1º e 2º, e art. 65, lei 8666)

Quando a Administração pública, em um contrato regido pela Lei nº 8.666/1993, comunica o privado que uma parte da obra que fora contratada não deverá mais ser realizada, o que demandará ajuste de valor na remuneração, cabendo a continuidade da execução em relação ao restante do objeto e mantido o equilíbrio econômico-financeiro da avença, está

- a) exercendo regular poder de polícia, que autoriza a limitação de direitos e garantias contratuais em prol do interesse público.
- b) observando o princípio da supremacia do interesse público, que permite a alteração e interferência nas relações jurídicas e contratuais existentes entre particulares e entre estes e o poder público.
- c) utilizando a prerrogativa que lhe permite suprimir unilateralmente parte do objeto, desde que observado o limite legalmente estabelecido para tanto.
- d) infringindo a prerrogativa concedida pelas cláusulas exorbitantes, tendo em vista que somente existe a possibilidade de majoração, observado o limite de 25% do valor do objeto.
- e) obrigada a justificar a razão da supressão, bem como colher anuência do privado, diante da frustração da expectativa da realização da obra, sob pena de cobrança de lucros cessantes.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/666123

Direito Ambiental**Questão 21:** FCC - Eng (SABESP)/SABESP/Sanitarista/2018**Assunto:** Princípios do Direito Ambiental

De acordo com a Lei nº 12.305/2010, que estabelece o Princípio da Prevenção, a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos pressupõe a adoção de planos microrregionais e medidas intermunicipais, bem como a gestão integrada dos resíduos sólidos, visando à prevenção e/ou mitigação do dano ambiental.

No que concerne à efetivação desses planos e programas, o Princípio da Prevenção considera que

- a) todos tem o direito ao meio-ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para a presente e futuras gerações.
- b) as autoridades nacionais devem procurar assegurar a internalização dos custos ambientais, levando em conta o critério de que quem contamina, deve, em princípio, arcar com os custos da contaminação.
- c) as ações sejam planejadas de acordo com a visão sistêmica na gestão dos resíduos sólidos, abordando as variáveis ambientais, sociais e culturais.
- d) o desenvolvimento deve ser sustentável, procurando preservar o meio-ambiente, levando em consideração os aspectos sociais e econômicos.
- e) a eficiência deve ser adotada de modo a compatibilizar o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e redução do impacto ambiental.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/648765

Questão 22: FCC - Con Leg (CL DF)/CL DF/Meio Ambiente/2018**Assunto:** Meio Ambiente (art. 225 da CF)

São alguns dos princípios econômicos ecológicos ou de economia ecológica que orientam e são orientados pelo princípio normativo do desenvolvimento sustentável previsto no art. 225 da Constituição Federal, com EXCEÇÃO:

- a) Exploração e Concentração equilibrada de capitais naturais renováveis, de modo que taxas de extração não excedam taxas de regeneração.
- b) Progresso tecnológico orientado pelo aumento da eficiência.
- c) Limitação coordenada da escala de atividades humanas a nível compatível com a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento econômico.
- d) Desgaste progressivo dos bens não duráveis ou de capital não renovável, sem criação de substitutos renováveis.
- e) Aceleração dos processos de controle de emissão de resíduos, que não devem exceder a capacidade assimilativa do ambiente.

Esta questão **não possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/684485

Questão 23: FCC - AJ TRT23/TRT 23/Apoio Especializado/Tecnologia da Informação/2016**Assunto:** Lei nº 12.305/2010 e Decreto nº 7.404/2010 - Política Nacional sobre os Resíduos Sólidos

É um princípio da Política Nacional de Resíduos Sólidos, expressamente previsto na Lei nº 12.305/2010:

- a) O estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços.
- b) A proteção da saúde pública e da qualidade ambiental.
- c) A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.
- d) A redução do volume e da periculosidade dos resíduos perigosos.
- e) A adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/337768

Questão 24: FCC - AJ TRF5/TRF 5/Apoio Especializado/Contadoria/2017**Assunto:** Lei nº 12.305/2010 e Decreto nº 7.404/2010 - Política Nacional sobre os Resíduos Sólidos

De acordo com a Lei nº 12.305/2010, o plano de gerenciamento de resíduos sólidos

- a) é parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade pelo órgão competente do Sisnama.
- b) não atinge os resíduos industriais, ou seja, aqueles gerados nos processos produtivos e instalações industriais, uma vez que estes não estão sujeitos a este plano de gerenciamento.
- c) não atinge os resíduos de mineração, ou seja, os gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios, uma vez que estes não estão sujeitos a este plano de gerenciamento.
- d) terá como causa obstativa de sua implementação ou operacionalização a inexistência do plano municipal de gestão integrada.
- e) será aprovado ou não pela autoridade estadual competente nos empreendimentos e atividades não sujeitos a licenciamento ambiental, em razão da incompetência absoluta da autoridade municipal nestes casos específicos.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/583642

Direito Civil

Questão 25: FCC - AJ TRT15/TRT 15/Judiciária/"Sem Especialidade"/2018**Assunto:** Da personalidade e da capacidade (arts. 1º a 10)

Em relação à capacidade, considerando o que dispõe o Código Civil,

- a) por disposição expressa, a personalidade civil da pessoa começa com sua concepção.
- b) são absolutamente incapazes aqueles que, por causa transitória ou permanente, como o estado de coma, não puderem exprimir sua vontade.
- c) entre outras hipóteses, cessará, para os menores, a incapacidade, pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- d) a comoriência, isto é, a morte de duas ou mais pessoas na mesma ocasião, resolve-se na presunção de que a mais velha morreu primeiro, se não for possível provar quem faleceu em primeiro lugar.
- e) a morte presumida exige sempre a decretação da ausência, que se dá quando a lei autoriza a abertura de sucessão definitiva.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/664648**Questão 26:** FCC - AJ (TRE PB)/TRE PB/Administrativa/2015**Assunto:** Disposições gerais - Pessoas Jurídicas (arts. 40 a 52)

No tocante às pessoas jurídicas, é INCORRETO afirmar:

- a) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as autarquias e as associações públicas são pessoas jurídicas de direito público interno.
- b) Não se aplica, em qualquer hipótese, a proteção dos direitos da personalidade tratando-se de incompatibilidade legal de institutos.
- c) São de direito privado, dentre outras, as organizações religiosas, os partidos políticos e as empresas individuais de responsabilidade limitada.
- d) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.
- e) Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.

Esta questão **não possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/320944**Questão 27:** FCC - AJ TRT9/TRT 9/Judiciária/"Sem Especialidade"/2015**Assunto:** Desconsideração da personalidade jurídica**G e R** são sócios da pessoa jurídica **Tex**, a qual, em razão da crise econômica, deixou de honrar compromissos com o fornecedor **Xis**, que requereu, em ação de execução, a penhora dos bens de **G e R**. De acordo com o Código Civil, o pedido deverá ser

- a) indeferido, pois a desconsideração da personalidade jurídica somente é possível com a decretação da falência.
- b) deferido, independentemente de qualquer requisito, pois os sócios respondem, em regra, direta e pessoalmente pelas obrigações contraídas pela pessoa jurídica.
- c) deferido apenas se comprovado que Tex não possui recursos para pagamento do débito.
- d) indeferido, pois em nenhuma hipótese os sócios respondem pelas obrigações contraídas pela pessoa jurídica.
- e) deferido se comprovado abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.

Esta questão **não possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/326354**Questão 28:** FCC - TJ TRT11/TRT 11/Administrativa/2017**Assunto:** Questões Mescladas de Pessoas Jurídicas (arts. 40 a 69)

A respeito das pessoas jurídicas, é correto afirmar que

- a) as associações públicas são pessoas jurídicas de direito privado.
- b) velará pelas fundações o Ministério Público Federal, quando estenderem a atividade por mais de um Estado da Federação.
- c) as associações não podem ter finalidade econômica, mesmo com expressa previsão estatutária.
- d) os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público.
- e) o registro dos atos constitutivos das organizações religiosas depende de autorização do poder público.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/456543**Questão 29:** FCC - AJ TRE SP/TRE SP/Administrativa/"Sem Especialidade"/2017**Assunto:** Domicílio das Pessoas Naturais e Jurídicas (arts. 70 a 78)

Manoel trabalha na cidade de Cajamar, reside, alternadamente, nas cidades de Jundiaí e Campinas, com ânimo definitivo, e passa férias, ocasionalmente, na cidade de Itatiba. De acordo com o Código Civil, considera(m)-se domicílio(s) de Manoel

- a) Jundiaí e Campinas, apenas.
- b) Cajamar, apenas.
- c) Cajamar, quanto às relações concernentes à profissão, Jundiaí e Campinas, apenas.
- d) Cajamar, Jundiaí, Campinas e Itatiba.
- e) Jundiaí, Campinas e Itatiba, apenas.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/460656**Questão 30:** FCC - AJ TRF4/TRF 4/Judiciária/"Sem Especialidade"/2019**Assunto:** Domicílio das Pessoas Naturais e Jurídicas (arts. 70 a 78)

Acerca do domicílio, considere:

- I.** A União tem domicílio múltiplo, no Distrito Federal e na Capital de todos os Estados da Federação onde houver procuradoria em funcionamento.
- II.** Mesmo tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, apenas o lugar da sua sede é considerado seu domicílio.
- III.** O servidor público tem domicílio necessário.

IV. Se a pessoa natural exercer profissão em lugares diversos, terá domicílio apenas no lugar onde se concentrar sua principal atividade.

V. A pessoa natural que não tenha residência habitual considera-se domiciliada no lugar onde for encontrada.

Está correto o que consta APENAS de

- a) **I e II.**
- b) **I e III.**
- c) **II e IV.**
- d) **III e V.**
- e) **IV e V.**

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/943387

Questão 31: FCC - AJ TRF5/TRF 5/Judiciária/"Sem Especialidade"/2017

Assunto: Negócio Jurídico. Classificações. Disposições Gerais (arts. 104 a 114)

A incapacidade relativa de uma das partes de um negócio jurídico

- a) não pode ser invocada pela outra em benefício próprio.
- b) pode ser invocada pela outra em benefício próprio, por constituir matéria de ordem pública.
- c) aproveita aos cointeressados capazes, salvo se for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- d) não aproveita aos cointeressados capazes, mesmo que indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- e) sempre aproveita aos cointeressados capazes.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/583661

Questão 32: FCC - AJ TRT23/TRT 23/Judiciária/2016

Assunto: Prescrição e Decadência (arts. 189 a 211)

Marcos, pai de Fernando, foi condenado, por decisão transitada em julgado, a pagar alimentos ao filho. Quando da condenação, Fernando tinha 2 anos de idade. Passados 3 anos do trânsito em julgado, Fernando, representado por sua mãe, requereu o cumprimento da sentença. Marcos alegou prescrição. A pretensão para cumprimento da sentença

- a) não prescreveu, porque não corre a prescrição contra os absolutamente incapazes.
- b) prescreveu, porque a pretensão para haver prestações alimentares se extingue depois de 2 anos.
- c) não prescreveu, porque não corre a prescrição contra os relativamente incapazes.
- d) prescreveu em parte, porque a prescrição atinge apenas os alimentos vencidos antes de 2 anos do pedido de cumprimento.
- e) não prescreveu, porque a prescrição não atinge direito da personalidade.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/337634

Questão 33: FCC - AJ TRT15/TRT 15/Judiciária/"Sem Especialidade"/2018

Assunto: Prescrição e Decadência (arts. 189 a 211)

Em relação à prescrição, considere:

- I.** A suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários é personalíssima e não beneficia os demais em nenhuma hipótese.
- II.** A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
- III.** A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- IV.** A prescrição iniciada contra uma pessoa cessa em relação ao seu sucessor.

Está correto o que consta APENAS de

- a) **I e IV.**
- b) **I, II e III.**
- c) **II, III e IV.**
- d) **I, III e IV.**
- e) **II e III.**

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/664650

Questão 34: FCC - AJ TRT24/TRT 24/Judiciária/"Sem Especialidade"/2017

Assunto: Da Empreitada (arts. 610 a 626)

Ricardo, empreiteiro, firmou contrato de empreitada com Rodrigo, envolvendo fornecimento de mão de obra e materiais para construção de uma casa com cinco dormitórios em condomínio fechado na cidade de São Paulo. A obra transcorreu de forma regular e o imóvel foi entregue ao contratante Rodrigo. À luz do Código Civil, com a entrega da obra, Ricardo responderá pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como o solo, durante o prazo irredutível de

- a) 10 anos, decaindo deste direito assegurado ao dono da obra, se Rodrigo não propuser a ação nos 180 dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito.
- b) 5 anos, decaindo deste direito assegurado ao dono da obra, se Rodrigo não propuser a ação nos 180 dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito.
- c) 5 anos, decaindo deste direito assegurado ao dono da obra, se Rodrigo não propuser a ação nos 90 dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito.
- d) 15 anos, decaindo deste direito assegurado ao dono da obra, se Rodrigo não propuser a ação nos 90 dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito.
- e) 10 anos, decaindo deste direito assegurado ao dono da obra, se Rodrigo não propuser a ação nos 90 dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/476857

Direito Constitucional**Questão 35:** FCC - TJ TRF4/TRF 4/Administrativa/"Sem Especialidade"/2019**Assunto:** Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Adão desmaiou no jardim de sua casa no momento em que Adelina transitava na frente do imóvel. A pedestre então empurrou o portão e adentrou o imóvel, durante a noite, para prestar socorro a Adão. De acordo com a Constituição Federal, Adelina

- a) não agiu corretamente, pois não podia ter entrado no imóvel de Adão, já que a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador.
- b) agiu corretamente, pois podia ter penetrado no imóvel de Adão, já que o fez para lhe prestar socorro.
- c) não agiu corretamente, pois podia ter entrado no imóvel de Adão apenas no caso de flagrante delito, já que a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador.
- d) agiu corretamente, pois é permitida a penetração no imóvel de Adão sem o seu consentimento apenas para prestar socorro e por determinação judicial em qualquer horário, seja durante o dia ou à noite.
- e) não agiu corretamente, pois podia ter entrado no imóvel de Adão apenas com a sua permissão ou, durante o dia, por determinação judicial, já que a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/943642**Questão 36:** FCC - AJ TRT2/TRT 2/Judiciária/"Sem Especialidade"/2018**Assunto:** Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

Ao disciplinar o regime jurídico dos servidores públicos de determinado Estado, a lei estadual respectiva, editada sob a vigência da Constituição brasileira de 1988, estabeleceu, para a servidora pública que viesse a obter a guarda de criança em sede de processo judicial de adoção, direito à licença maternidade de 60 dias, prorrogável uma vez por prazos variáveis conforme a idade da criança adotada, até o máximo de 45 dias. Nessa hipótese, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), a disciplina criada pela lei estadual em questão é

- a) ilegítima, tanto por estabelecer licença maternidade da servidora adotante em prazo inferior a 120 dias, como por estabelecer prazos de prorrogação diferenciados em função da idade da criança adotada, podendo os dispositivos legais atinentes à matéria ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o STF.
- b) ilegítima, tanto por estabelecer licença maternidade da servidora adotante em prazo inferior a 120 dias, como por estabelecer prazos de prorrogação diferenciados em função da idade da criança adotada, podendo os dispositivos legais atinentes à matéria ser objeto de reclamação, perante o STF, por descumprimento de súmula vinculante aplicável ao caso.
- c) legítima apenas no que se refere à possibilidade de estabelecimento de prazos de prorrogação variáveis conforme a idade da criança adotada, cabendo, no mais, ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o STF.
- d) legítima apenas no que se refere à possibilidade de estabelecimento de prazos de prorrogação variáveis conforme a idade da criança adotada, cabendo, no mais, ser objeto de reclamação perante o STF, por descumprimento de súmula vinculante aplicável ao caso.
- e) ilegítima, tanto por estabelecer licença maternidade da servidora adotante em prazo inferior a 120 dias, como por estabelecer prazos de prorrogação diferenciados em função da idade da criança adotada, não cabendo, no entanto, ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade perante o STF.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/653906**Questão 37:** FCC - TJ TRT21/TRT 21/Administrativa/"Sem Especialidade"/2017**Assunto:** Direitos Coletivos dos Trabalhadores (arts. 8º a 11 da CF/1988)

Dois sindicatos distintos, ambos com base territorial no município de São Paulo, consideram-se legítimos representantes de uma determinada categoria profissional, invocando o direito de atuar em nome dessa, em questões judiciais e administrativas.

Considerando o disposto na Constituição Federal, o conflito entre os sindicatos em questão poderá ser resolvido mediante

- a) propositura de ação perante a Justiça federal, com a finalidade de ver declarado o legítimo representante da categoria.
- b) celebração de acordo entre os sindicatos envolvidos na disputa, por meio do qual seja pactuado que ambos são legítimos representantes da categoria, desde que no acordo fiquem delimitadas com precisão as áreas do município que representarão as bases territoriais de cada uma das entidades contendentes.
- c) propositura de ação perante a Justiça do Trabalho com a finalidade de ver declarado o legítimo representante da categoria.
- d) livre escolha dos empregadores dos integrantes da categoria profissional em questão, que poderão decidir com qual das entidades em disputa desejarem negociar, vedada no entanto a negociação de um único empregador com dois sindicatos distintos que possuam a mesma base territorial.
- e) edição de lei específica que defina o legítimo representante da categoria em questão, bem como sua base territorial.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/576710**Questão 38:** FCC - AJ TRF3/TRF 3/Administrativa/2016**Assunto:** Extradição, deportação, expulsão e banimento (da nacionalidade)

Abenebaldo, originariamente holandês, solicitou e obteve a sua naturalização brasileira no ano de 2014. Após o decurso de um mês do encerramento do processo de naturalização, apurou-se que em 2011, em seu país natal, Abenebaldo esteve comprovadamente envolvido em tráfico ilícito de entorpecentes. Sendo assim,

- a) a naturalização será automaticamente cassada, devendo Abenebaldo ser imediatamente extraditado.
- b) a naturalização será automaticamente cassada, devendo Abenebaldo ser imediatamente deportado.
- c) Abenebaldo poderá ser extraditado, vez que o crime ocorreu antes de sua naturalização, o que não seria possível caso o delito tivesse sido praticado após tal ato.
- d) Abenebaldo não poderá ser extraditado, vez que o crime ocorreu antes de sua naturalização.
- e) Abenebaldo poderá ser extraditado, independentemente de o crime ter sido praticado antes ou após a sua naturalização.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/358446**Questão 39:** FCC - AJ TRT9/TRT 9/Administrativa/2015**Assunto:** Inelegibilidades (Direitos Políticos)

Sobre as regras constitucionais para o mandato eletivo, é correto afirmar que

- a) pode ser impugnado tanto na Justiça Comum como na Eleitoral.
- b) o prazo para sua impugnação é de 15 dias, contados da confirmação do resultado de eleição.
- c) o prazo para sua impugnação é de 30 dias, contados da diplomação.
- d) o autor da ação de impugnação de mandato eletivo responde, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má fé.

- e) a ação de impugnação de mandato eletivo não tramitará em segredo de justiça.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/326558

Questão 40: FCC - AJ TST/TST/Judiciária/"Sem Especialidade"/2017

Assunto: União: bens e competências exclusivas, privativas, comuns e concorrentes (arts. 20 a 24 da CF/1988)

Lei de determinado Estado, de iniciativa parlamentar, prescreve que o Estado é solidariamente responsável pelo pagamento de verbas trabalhistas devidas por empresa por ele contratada, quando o valor pleiteado pelo empregado for decorrente de relação jurídica mantida entre a contratada e empregado que ocupa posto de trabalho em órgão público estadual. Considerando que não há delegação da União para que o Estado disponha sobre a matéria, a referida lei estadual é

- a) incompatível com a Constituição Federal, por vício de iniciativa legislativa e por tratar de matéria de competência privativa da União, podendo por essa razão ser objeto de reclamação constitucional proposta perante o Supremo Tribunal Federal.
- b) incompatível com a Constituição Federal, por vício de iniciativa legislativa e por tratar de matéria de competência privativa da União, podendo ser objeto de arguição de descumprimento de preceito fundamental perante o Supremo Tribunal Federal, uma vez que a lei viola o princípio federativo.
- c) incompatível com a Constituição Federal, por vício de iniciativa legislativa, podendo, por esse motivo, ser declarada inconstitucional, incidentalmente no processo, pela maioria absoluta dos membros do Tribunal de Justiça do Estado ou dos membros de seu órgão especial, embora possa o Estado legislar sobre o tema de que trata a lei estadual, independentemente de delegação da União.
- d) incompatível com a Constituição Federal, tendo violado à competência privativa da União para legislar na matéria, podendo ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade em face da Constituição Federal, proposta perante o Supremo Tribunal Federal.
- e) compatível com a Constituição Federal, sendo desnecessária delegação legislativa da União para que os Estados possam disciplinar a matéria, inclusive por iniciativa parlamentar, a fim de instituir tratamento benéfico em favor do empregado.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/584206

Questão 41: FCC - TJ TRT2/TRT 2/Administrativa/"Sem Especialidade"/2018

Assunto: Estados Federados - organização, competências, bens (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Aos Estados, no exercício das competências que lhes são outorgadas pela Constituição Federal, cabe legislar,

- a) privativamente, em matéria de responsabilidade por dano ao consumidor, uma vez que não cabe à União e aos Municípios dispor sobre o assunto.
- b) concorrentemente com a União em matéria de proteção e defesa da saúde, desde que a União não tenha exercido a competência plena nesse assunto.
- c) em matéria de direito do trabalho, desde que a União não tenha exercido sua competência nesse assunto.
- d) concorrentemente com a União, sobre procedimentos em matéria processual, devendo a União, no entanto, limitar-se a estabelecer normas gerais nesse assunto.
- e) privativamente, sobre trânsito e transporte, uma vez que lhes cabe exercer as competências que não lhes sejam vedadas pelo texto constitucional.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/654079

Questão 42: FCC - AJ TRE SE/TRE SE/Administrativa/2015

Assunto: Dos Deputados e Senadores (arts. 53 a 56 da CF/1988)

Os Deputados Federais e os Senadores não poderão, desde a expedição do diploma:

- a) Ser proprietários de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa de direito público.
- b) Firmar contrato com banco público integrante da administração indireta, salvo se obedecidas cláusulas padrão.
- c) Ocupar cargos de livre exoneração em pessoas da administração direta ou em entidades autárquicas.
- d) Patrocinar causa em que seja interessada a União, Estados, Municípios ou o Distrito Federal.
- e) Acumular suas funções com as de um outro cargo ou mandato eletivo.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/315533

Questão 43: FCC - TJ TRT21/TRT 21/Administrativa/"Sem Especialidade"/2017

Assunto: Das atribuições do Presidente da República (art. 84 da CF/1988)

Alegando a necessidade de reduzir custos, o Presidente da República promove a extinção de 10.000 funções e cargos públicos da Administração direta federal que estavam vagos, por meio de decreto, sem que existisse lei autorizando-o a tanto.

Referido decreto é

- a) compatível com a Constituição, uma vez que, estando as funções e cargos públicos vagos, o Presidente da República possui competência para extingui-los mediante decreto.
- b) incompatível com a Constituição, pois a criação, a transformação e a extinção de cargos e empregos públicos são medidas inseridas na competência do Congresso Nacional, exercida por meio de lei.
- c) incompatível com a Constituição, na medida em que o Presidente da República, para que pudesse adotar tal medida, dependeria de autorização do Congresso Nacional, concedida por meio de resolução.
- d) compatível com a Constituição, uma vez que são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração, de maneira que ele pode dispor livremente acerca de tais matérias, inclusive por decreto.
- e) incompatível com a Constituição, uma vez que é vedada a edição de decreto sem amparo em lei anterior.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/576721

Questão 44: FCC - AJ (TRE PB)/TRE PB/Administrativa/2015

Assunto: Do Supremo Tribunal Federal - STF (arts. 101 a 103 da CF/1988)

Considere as seguintes situações:

- I.** Decisão judicial que julga extinta uma ação em que um contribuinte discutia a exigibilidade de crédito tributário da Fazenda Estadual, por não ter sido atendida a exigência, prevista em lei, de depósito prévio em dinheiro como requisito de admissibilidade da ação.
- II.** Decisão do Tribunal de Contas da União que declara ilegal ato de concessão inicial de aposentadoria de servidor, sem que a este, no processo respectivo, tenha sido assegurado o contraditório.

Há ofensa à Constituição da República em

- a) **I e II**, sendo cabível, em ambos os casos, reclamação para o Supremo Tribunal Federal, por contrariedade às súmulas vinculantes aplicáveis aos casos.
- b) **I e II**, sendo cabível reclamação para o Supremo Tribunal Federal, por contrariedade a súmula vinculante aplicável ao caso, apenas em **II**.
- c) **I e II**, sendo cabível reclamação para o Supremo Tribunal Federal, por contrariedade a súmula vinculante aplicável ao caso, apenas em **I**.

- d) **II**, apenas, sendo cabível reclamação para o Supremo Tribunal Federal, por contrariedade a súmula vinculante aplicável ao caso.
- e) **I**, apenas, sendo cabível reclamação para o Supremo Tribunal Federal, por contrariedade a súmula vinculante aplicável ao caso.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/320890

Direito Penal

Questão 45: FCC - AJ TRF5/TRF 5/Judiciária/"Sem Especialidade"/2017**Assunto:** Lei Excepcional ou Temporária

Sobre a aplicação da lei penal, é correto afirmar que

- a) o Código Penal adotou o princípio da territorialidade, em relação à aplicação da lei penal no espaço. Tal princípio é absoluto, não admitindo qualquer exceção.
- b) transitada em julgado a sentença condenatória, compete ao Juízo do Conhecimento a aplicação da lei mais benigna.
- c) a lei aplicável para os crimes permanentes será aquela vigente quando se iniciou a conduta criminosa do agente.
- d) quando a *abolitio criminis* se verificar depois do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, extinguir-se-ão todos os efeitos penais e extrapenais da condenação.
- e) a lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante a sua vigência.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/583669

Questão 46: FCC - AJ TRF5/TRF 5/Judiciária/"Sem Especialidade"/2017**Assunto:** Penas Privativas de liberdade (espécies, regimes, progressão)

Praticada a infração penal, surge para o Estado o direito de aplicar a sanção cominada abstratamente na lei, como forma, tanto de retribuição ao mal causado pelo agente criminoso, como, ainda, de prevenção e intimidação, a fim de se evitar que novos delitos sejam cometidos.

Diante de tal contexto, analise as proposições abaixo.

- I.** Cominadas cumulativamente, em lei especial, penas privativa de liberdade e pecuniária, é permitido a substituição da prisão por multa.
- II.** A legitimidade para a execução fiscal de multa pendente de pagamento imposta em sentença condenatória é exclusiva do Ministério Público.
- III.** A reincidência penal não pode ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial.
- IV.** A imposição do regime de cumprimento mais severo, do que a pena aplicada permitir, exige motivação idônea.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) **III e IV.**
- b) **I e III.**
- c) **II e IV.**
- d) **II e III.**
- e) **I e IV.**

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/583668

Questão 47: FCC - AJ (TRE PB)/TRE PB/Administrativa/2015**Assunto:** Da Prescrição

No que refere à extinção da punibilidade, de acordo com o Código de Processo Penal, interrompida a prescrição, todo o prazo começa a correr, novamente, do dia da interrupção, salvo no caso de

- a) pronúncia.
- b) recebimento da denúncia.
- c) início ou continuação do cumprimento da pena.
- d) decisão confirmatória da pronúncia.
- e) publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/320950

Questão 48: FCC - AJ TRE SP/TRE SP/Judiciária/2017**Assunto:** Da Prescrição

Paulo, quando tinha 20 anos de idade, após ser abordado em uma blitz da polícia rodoviária federal na Rodovia Presidente Dutra, no dia 1º de Junho de 2010, oferece R\$ 1.000,00, em dinheiro, para o policial responsável pela abordagem para não ser autuado por excesso de velocidade. Paulo é conduzido ao Distrito Policial, preso em flagrante, e acaba beneficiado pela Justiça sendo colocado em liberdade após pagamento de fiança. Encerrado o inquérito Policial, a denúncia em desfavor de Paulo, pelo crime de corrupção ativa, é recebida no dia 15 de Julho de 2014. O processo tramita regularmente e Paulo é condenado a cumprir pena de 2 anos de reclusão, em regime inicial aberto, por sentença publicada em 14 de Agosto de 2016. A sentença transita em julgado. Ricardo, advogado de Paulo, postula ao Magistrado competente para a execução da sentença o reconhecimento da prescrição. Neste caso, de acordo com o Código Penal, a prescrição da pretensão punitiva estatal ocorre em

- a) 8 anos e a pena cominada ao réu, Paulo, não está prescrita, cabendo a ele cumprir regularmente sua pena.
- b) 4 anos e a pena cominada ao réu, Paulo, não está prescrita, cabendo a ele cumprir regularmente sua pena.
- c) 3 anos e a pena cominada ao réu, Paulo, está prescrita em decorrência do decurso do prazo superior a 3 anos entre a data do crime e do recebimento da denúncia.
- d) 4 anos e a pena cominada ao réu, Paulo, está prescrita em decorrência do decurso do prazo entre a data do crime e do recebimento da denúncia.
- e) 2 anos e a pena cominada ao réu, Paulo, está prescrita em decorrência do decurso do prazo entre a data do recebimento da denúncia e a publicação da sentença condenatória.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/460485

Questão 49: FCC - AJ TRF3/TRF 3/Apoio Especializado/Contadoria/2016**Assunto:** Do Furto (arts. 155 e 156 do CP)

Tício instalou um dispositivo na entrada de água de sua residência, através do qual a maior parte da água passou a entrar no imóvel sem passar pelo relógio e sem ser registrada. Tício

- a) não praticou delito algum.

- b) cometeu crime de furto qualificado pela fraude.
- c) cometeu crime de furto simples.
- d) cometeu crime de furto de coisa comum.
- e) cometeu crime de furto qualificado pela destreza.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/358394

Questão 50: FCC - AJ TRE SP/TRE SP/Judiciária/2017

Assunto: Falsificação de Documento Público

À luz do Código Penal, sobre a falsidade documental nos crimes contra a fé pública,

- a) a falsificação de um documento emanado de sociedade de economia mista federal caracteriza o crime de falsificação de documento público.
- b) equipara-se a documento público para caracterização do crime de falsificação de documento público o cartão de crédito ou débito.
- c) se o autor do crime de falsificação de selo ou sinal público é funcionário público e comete o crime prevalecendo-se do cargo, a pena é aumentada de um terço.
- d) aquele que faz inserir na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado declaração falsa ou diversa da que deveria ter constado estará sujeito às penas cominadas ao crime de falsidade ideológica.
- e) o médico que dá, no exercício de sua função, atestado falso com o fim lucrativo estará sujeito à pena privativa de liberdade cominada ao delito de falsidade de atestado médico aumentada de metade.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/460487

Questão 51: FCC - AJ TRF3/TRF 3/Apoio Especializado/Contadoria/2016

Assunto: Peculato

Lucius, funcionário público, escrevente de cartório de secretaria de Vara Criminal, apropriou-se de um relógio valioso que foi remetido ao Fórum juntamente com os autos do inquérito policial no qual foi objeto de apreensão. Lucius cometeu crime de

- a) apropriação de coisa achada.
- b) apropriação indébita simples.
- c) apropriação indébita qualificada pelo recebimento da coisa em razão de ofício, emprego ou profissão.
- d) apropriação de coisa havida por erro.
- e) peculato.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/358396

Questão 52: FCC - AJ TRE PR/TRE PR/Judiciária/2017

Assunto: Peculato

Augusto, diretor de uma repartição pública, por estar distraído, esquece a porta do cofre ali existente destrancada. Alexandre, outro funcionário público que ali trabalha, valendo-se da facilidade de acesso ao local em razão de seu cargo, percebe o ocorrido e subtrai bens particulares que ali estavam guardados. De acordo com esta situação,

- a) Augusto e Alexandre responderão pelo crime de peculato-furto em concurso de agentes.
- b) Augusto cometeu o crime de furto culposo, enquanto Alexandre praticou o crime de furto qualificado, considerando que os bens subtraídos do cofre eram particulares.
- c) Augusto praticou o crime de peculato culposo, ao passo que Alexandre responderá pelo crime de peculato mediante erro de outrem.
- d) Augusto cometeu o crime de peculato culposo e Alexandre praticou o crime de peculato-furto.
- e) Augusto não cometeu crime algum, em razão da ausência de dolo. Alexandre responderá pela prática de peculato-apropriação.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/526972

Questão 53: FCC - AJ TRE PR/TRE PR/Judiciária/2017

Assunto: Corrupção Passiva

Renato, fiscal da prefeitura, flagra Rogério, pessoa que até então não conhecia, cometendo determinada irregularidade. Ao abordá-lo, deixa, contudo, de aplicar-lhe a devida multa em razão de insistentes pedidos de Rogério. Renato, com sua conduta

- a) cometeu o crime de prevaricação.
- b) praticou o crime de corrupção passiva privilegiada.
- c) não praticou qualquer crime.
- d) cometeu o crime de condescendência criminosa.
- e) praticou o crime de desobediência.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/526973

Questão 54: FCC - AJ TRF3/TRF 3/Administrativa/2016

Assunto: Dos Crimes Praticados por Particular Contra a Administração em Geral

A respeito dos Crimes contra a Administração pública, é **INCORRETO** afirmar que

- a) o particular pode ser coautor do crime de concussão.
- b) comete o crime de excesso de exação o funcionário que emprega meio vexatório na cobrança de tributo.
- c) o crime de prevaricação exige o intuito do agente de satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- d) comete crime de corrupção passiva quem oferece dinheiro a funcionário público para determiná-lo a retardar ato de ofício.
- e) o ato de desferir um tapa no rosto de funcionário público, em razão da sua função, sem causar lesão, pode caracterizar o crime de desacato.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/358398

Direito Previdenciário

Questão 55: FCC - AJ TST/TST/Judiciária/"Sem Especialidade"/2017

Assunto: Princípios e Objetivos da Seguridade Social

São objetivos a serem alcançados pelo Poder Público na organização da Seguridade Social previstos na Constituição Federal de 1988:

- a) Irredutibilidade no valor dos benefícios e proporcionalidade na forma de participação no custeio.
- b) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- c) Diversidade da base de financiamento e isonomia na prestação dos benefícios e serviços.
- d) Equidade na forma de participação no custeio e gestão tripartite na administração dos recursos.
- e) Universalidade da cobertura e do atendimento e centralização da administração dos recursos pela União Federal.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/584307

Questão 56: FCC - AJ TRT15/TRT 15/Judiciária/"Sem Especialidade"/2018

Assunto: Da Manutenção e da Perda da Qualidade de Segurado

Considere as situações hipotéticas abaixo.

- I.** Cleide está cumprindo pena de reclusão pela prática do crime de homicídio qualificado.
- II.** Duda deixou de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social.
- III.** Firmina está passando por dificuldades financeiras e deixou de contribuir para a Previdência Social na qualidade de segurada facultativa.

De acordo com o Decreto no 3.048/1999, Cleide, Duda e Firmina manterão a qualidade de seguradas, independentemente de contribuições, respectivamente, até

- a) doze meses após o livramento; doze meses após a cessação das contribuições e doze meses após a cessação das contribuições.
- b) seis meses após o livramento; doze meses após a cessação das contribuições e doze meses após a cessação das contribuições.
- c) doze meses após o livramento; doze meses após a cessação das contribuições e seis meses após a cessação das contribuições.
- d) seis meses após o livramento; seis meses após a cessação das contribuições e seis meses após a cessação das contribuições.
- e) doze meses após o livramento; seis meses após a cessação das contribuições e seis meses após a cessação das contribuições.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/664770

Questão 57: FCC - AJ TRF5/TRF 5/Judiciária/"Sem Especialidade"/2017

Assunto: Da Aposentadoria Por Invalidez

De acordo com a Lei nº 8.213/1991, verificada a recuperação da capacidade de trabalho do aposentado por invalidez, sendo o segurado declarado apto para o exercício de trabalho diverso do qual habitualmente exercia, a aposentadoria será mantida, sem prejuízo da volta à atividade,

- a) no seu valor integral, durante doze meses contados da data em que for verificada a recuperação da capacidade.
- b) no seu valor integral, durante seis meses contados da data em que for verificada a recuperação da capacidade.
- c) com redução de 50%, durante doze meses contados da data em que for verificada a recuperação da capacidade.
- d) com redução de 25%, durante seis meses contados a partir do trigésimo dia da data em que for verificada a recuperação da capacidade.
- e) com redução de 50%, durante doze meses contados a partir do trigésimo dia após a data em que for verificada a recuperação da capacidade.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/583674

Questão 58: FCC - AJ TRF4/TRF 4/Judiciária/"Sem Especialidade"/2019

Assunto: Da Aposentadoria Por Invalidez

Ivan Pereira sofreu acidente de trânsito em um final de semana quando voltava do clube com sua família. O mencionado segurado recebeu auxílio-doença por 1 ano. Posteriormente, o seu auxílio-doença foi diretamente convertido em aposentadoria por invalidez, a qual teve duração de quatro anos e meio. Após este período o INSS a cancelou. Sobre a alta da aposentadoria por invalidez, caso

- a) Ivan retorne ao mercado de trabalho na antiga empresa, percebendo o mesmo salário, não poderá ser demitido, tendo em vista a sua estabilidade no emprego pelo acidente ocorrido.
- b) Ivan não retorne ao seu antigo emprego, a aposentadoria por invalidez cessará após tantos meses quantos forem os anos de duração do auxílio-doença ou da aposentadoria por invalidez.
- c) Ivan retorne ao seu antigo emprego, a sua aposentadoria por invalidez será mantida de forma escalonada pelo período de um ano e meio. Isso ocorrerá como uma forma de indenização pelo período que esteve afastado.
- d) a perícia determine que Ivan esteja apto ao exercício de atividade diversa da que exercia, a sua aposentadoria por invalidez cessará após quantos forem os anos de duração do auxílio-doença ou da aposentadoria por invalidez.
- e) Ivan não retorne ao seu antigo emprego, a sua aposentadoria por invalidez será mantida de forma escalonada pelo período de um ano e meio. Isso ocorrerá mesmo que encontre um novo emprego.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/943402

Questão 59: FCC - AJ TST/TST/Judiciária/"Sem Especialidade"/2017

Assunto: Da Pensão por Morte

A respeito do benefício da pensão por morte:

- a) será devido sempre a partir da data do óbito, independente da data do requerimento.
- b) perde o direito ao referido benefício, após o trânsito em julgado, o condenado pela prática de crime de que tenha dolosamente resultado a morte do segurado.
- c) será devido sempre a partir da data do requerimento.
- d) perde o direito ao referido benefício, após o trânsito em julgado, o condenado pela prática de crime de que tenha resultado a morte do segurado, ainda que na forma culposa.
- e) em caso de desaparecimento do segurado por acidente, desastre ou catástrofe, os seus dependentes farão jus à pensão provisória por morte após 6 meses da data do evento, independente de prova do ocorrido.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/584309

Questão 60: FCC - AJ TRT2/TRT 2/Judiciária/"Sem Especialidade"/2018

Assunto: Da Pensão por Morte

Fábia, segurada aposentada da Previdência Social, faleceu há 38 dias. Exatamente no 36º dia após o seu óbito, Breno, seu dependente, requereu o benefício previdenciário da pensão por morte. Giselda, segurada da Previdência Social, ainda não aposentada, faleceu há 120 dias. Exatamente no 97º dia após o seu falecimento, Cleide, sua dependente, requereu o benefício previdenciário da pensão por morte. Neste caso, nos termos da Lei nº 8.213/1991, o benefício previdenciário da pensão por morte será devido

- a) para Breno e Cleide, a contar da data do óbito e da data do requerimento, respectivamente.
- b) para Breno e Cleide, a contar da data do óbito.
- c) para Breno e Cleide, a contar da data do requerimento e da data do óbito, respectivamente.
- d) para Breno e Cleide, a contar da data do requerimento.
- e) apenas para Breno, a contar da data do requerimento

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.teconconcursos.com.br/conteudo/questoes/653937**Questão 61:** FCC - AJ TRT21/TRT 21/Judiciária/2017**Assunto:** Do Salário-de-Contribuição

De acordo com a Lei nº 13.467/2017, para fins de contribuição à Previdência Social,

- a) o total das diárias para viagem pagas pelo empregador, quando excedente a cinquenta por cento do salário mensal, integra o salário de contribuição.
- b) as diárias para viagem pagas pelo empregador, em nenhuma hipótese, integram o salário de contribuição.
- c) apenas o percentual das diárias para viagem que exceder cinquenta por cento do salário mensal do empregado integra o salário de contribuição.
- d) os prêmios e abonos integram o salário de contribuição, desde que decorram de regulamento interno da empresa.
- e) o valor relativo à assistência prestada por serviço médico ou odontológico conveniado pela empresa integra o salário de contribuição, desde que concedido a todos os empregados.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.teconconcursos.com.br/conteudo/questoes/576142**Questão 62:** FCC - AJ TRT15/TRT 15/Judiciária/"Sem Especialidade"/2018**Assunto:** Lei nº 9.717/1998 - Regras Gerais dos RPPSs

De acordo com a Lei nº 9.717/1998, os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observados determinados critérios, dentre eles

- a) registro contábil geral das contribuições de cada servidor e dos entes estatais, conforme diretrizes específicas e individuais preestabelecidas.
- b) realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço, no início e término, utilizando-se parâmetros específicos, para a organização do plano de custeio e benefícios, vedada a revisão.
- c) cobertura de um número mínimo de segurados, de modo que os regimes possam garantir diretamente a totalidade dos riscos cobertos no plano de benefícios, preservando o equilíbrio atuarial com a necessidade de resseguro, conforme parâmetros gerais.
- d) identificação e consolidação em demonstrativos financeiros e orçamentários das principais despesas fixas com pessoal inativo civil, militar e pensionistas, excetuando-se os encargos incidentes sobre os proventos e pensões pagos.
- e) cobertura exclusiva a servidores públicos titulares de cargos efetivos e a militares, e a seus respectivos dependentes, de cada ente estatal, vedado o pagamento de benefícios, mediante convênios ou consórcios entre Estados, entre Estados e Municípios e entre Municípios.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.teconconcursos.com.br/conteudo/questoes/664772**Questão 63:** FCC - AJ TRF5/TRF 5/Judiciária/"Sem Especialidade"/2017**Assunto:** Lei nº 12.618/2012 - Previdência Complementar Federal

A estrutura organizacional das entidades de que trata a Lei nº 12.618/2012 será constituída de conselho deliberativo, conselho fiscal e diretoria executiva, observadas as disposições legais pertinentes.

Com relação aos referidos Conselhos, é certo que

- a) os membros dos conselhos deliberativos e dos conselhos fiscais das entidades fechadas serão designados pelos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente.
- b) os Conselhos Deliberativos terão composição paritária e cada um será integrado por, no mínimo, dez membros.
- c) os Conselhos Fiscais não terão composição paritária e cada um deles será integrado por, no mínimo, sete membros.
- d) as diretorias executivas serão compostas por, no máximo, dez membros, nomeados pelos conselhos fiscais das entidades fechadas de previdência complementar.
- e) a presidência dos conselhos deliberativos será exercida pelos membros indicados pelos patrocinadores, na forma prevista no estatuto das entidades fechadas de previdência complementar.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.teconconcursos.com.br/conteudo/questoes/583676**Questão 64:** FCC - AJ TRT2/TRT 2/Judiciária/"Sem Especialidade"/2018**Assunto:** Lei Complementar nº 108/2001 - Relação com as Entidades Fechadas de Previdência Complementar

De acordo com a Lei Complementar nº 108/2001, que dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar, o mandato dos membros do conselho fiscal será de quatro anos, vedada a recondução, sendo que a renovação dos mandatos dos conselheiros deverá obedecer ao critério de proporcionalidade, de forma que se processe parcialmente a cada dois anos. Assim, em regra, o conselho deliberativo deverá renovar

- a) quatro de seus membros a cada dois anos e o conselho fiscal dois membros com a mesma periodicidade.
- b) dois de seus membros a cada dois anos e o conselho fiscal três membros com a mesma periodicidade.
- c) três de seus membros a cada dois anos e o conselho fiscal dois membros com a mesma periodicidade.
- d) um de seus membros a cada ano e o conselho fiscal também.
- e) três de seus membros a cada dois anos e o conselho fiscal também.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.teconconcursos.com.br/conteudo/questoes/653940

Direito Processual Civil**Questão 65:** FCC - AJ TRT20/TRT 20/Judiciária/"Sem Especialidade"/2016**Assunto:** Da Competência Interna (arts. 42 a 69)

Joana ajuizou ação de reintegração de posse contra Pietra. A ação tem como objeto um imóvel. Tal ação deverá ser proposta no foro

- a) do domicílio dos réus, cujo juízo tem competência absoluta.
- b) do domicílio dos réus, cujo juízo tem competência relativa.
- c) da situação do imóvel, cujo juízo tem competência absoluta.
- d) do domicílio dos autores, cujo juízo tem competência relativa.
- e) da situação do imóvel, cujo juízo tem competência relativa.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.teconconcursos.com.br/conteudo/questoes/438206**Questão 66:** FCC - AJ TRE PR/TRE PR/Judiciária/2017**Assunto:** Do Litisconsórcio (arts. 113 a 118)Em matéria de litisconsórcio, é **correto** afirmar:

- a) O litisconsórcio é simples quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.
- b) No litisconsórcio unitário os atos e omissões de um dos litisconsortes, benéficos ou prejudiciais, estendem-se aos demais litisconsortes.
- c) O litisconsórcio necessário por força de lei é sempre unitário.
- d) Nos casos de litisconsórcio passivo necessário, o juiz, se o caso, determinará ao autor que requeira a citação de todos que devam ser litisconsortes, dentro do prazo que assinar, sob pena de extinção do processo.
- e) Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em quádruplo para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.teconconcursos.com.br/conteudo/questoes/526968**Questão 67:** FCC - AJ TRT14/TRT 14/Judiciária/"Sem Especialidade"/2016**Assunto:** Da Intervenção de Terceiros (arts. 119 a 138)

Paulo firmou contrato de locação residencial com Arthur pelo prazo de trinta meses. Manoel e Patrícia, genitores de Arthur, são os fiadores. Findo o prazo estabelecido em contrato Arthur desocupou o imóvel, mas deixou de pagar os últimos três alugueres e demais encargos locatícios. Paulo resolve ajuizar ação de cobrança contra Manoel e Patrícia. Neste caso, nos termos estabelecidos pelo Código de Processo Civil, Manoel e Patrícia

- a) deverão apresentar oposição contra o devedor principal Arthur.
- b) deverão obrigatoriamente denunciar a lide ao devedor principal Arthur.
- c) poderão denunciar a lide ao devedor principal Arthur.
- d) poderão nomear à autoria o devedor principal Arthur.
- e) poderão proceder ao chamamento ao processo do devedor principal Arthur.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.teconconcursos.com.br/conteudo/questoes/348920**Questão 68:** FCC - AJ TST/TST/Judiciária/"Sem Especialidade"/2017**Assunto:** Da Intervenção de Terceiros (arts. 119 a 138)

Paulo ajuizou ação de cobrança contra uma sociedade limitada, julgada procedente por sentença transitada em julgado para o fim de condenar a ré ao pagamento de R\$ 1.000,00. Na fase de cumprimento de sentença, o autor requereu a instauração de incidente de desconsideração da personalidade jurídica, a fim de viabilizar a penhora dos bens dos sócios da empresa executada. Nesse caso, de acordo com o novo Código de Processo Civil, a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica

- a) deverá ser liminarmente indeferida caso o valor atualizado da dívida seja inferior a 10 salários mínimos.
- b) deverá ser liminarmente indeferida caso não tenham sido esgotadas as diligências ordinárias para a localização de bens penhoráveis da própria sociedade.
- c) somente poderá ser admitida caso os sócios tenham sido citados na fase de conhecimento.
- d) implicará a suspensão do processo.
- e) será decidida por sentença, recorrível por meio de apelação.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.teconconcursos.com.br/conteudo/questoes/584226**Questão 69:** FCC - AJ TRE AP/TRE AP/Administrativa/2015**Assunto:** Dos Prazos (arts. 218 a 235)

Considere a seguinte situação hipotética: Determinado ato processual deverá ser praticado pela parte no prazo de cinco dias. A publicação efetiva para cumprimento deste ato ocorreu no dia 16 de Outubro de 2015 (sexta-feira). O último dia do prazo processual em questão foi

- a) 24 de Outubro de 2015.
- b) 20 de Outubro de 2015.
- c) 21 de Outubro de 2015.
- d) 23 de Outubro de 2015.
- e) 22 de Outubro de 2015.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.teconconcursos.com.br/conteudo/questoes/315410**Questão 70:** FCC - AJ TRT9/TRT 9/Judiciária/"Sem Especialidade"/2015**Assunto:** Da Formação, da Suspensão e da Extinção do Processo (arts. 312 a 317)

No tocante à suspensão e à extinção do processo, é correto afirmar:

- a) O processo será extinto sem resolução do mérito, quando as partes transigirem, pois o acordo realizado impede seu exame.
- b) Durante o prazo de suspensão do processo é defeso praticar qualquer ato processual, não podendo o juiz excepcionar essa regra geral.
- c) A perda da capacidade processual da parte acarreta a suspensão do processo, visando à regularização do fato, mas sua morte extingue o processo.

- d) A extinção do processo pelo acolhimento da alegação de coisa julgada dar-se-á com resolução de mérito, pois seu efeito é a imutabilidade do julgado anterior.
- e) A suspensão do processo por convenção das partes nunca poderá exceder seis meses; findo esse prazo, o escrivão fará os autos conclusos ao juiz, que ordenará o prosseguimento do processo.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/326361**Questão 71:** FCC - AJ TRT6/TRT 6/Judiciária/"Sem Especialidade"/2018**Assunto:** Das Provas (arts. 369 a 484)

Considere as afirmações a seguir, que concernem à produção das provas processuais.

- I.** Os fatos afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária, bem como os notórios, necessitam ser provados nos autos.
- II.** O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.
- III.** Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito, indeferindo, em decisão fundamentada, as diligências inúteis ou meramente protelatórias.
- IV.** As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, desde que especificados na norma processual civil, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido e influir eficazmente na convicção do juiz.
- V.** A distribuição do ônus da prova pode ocorrer de forma diversa pela vontade das partes, desde que a convenção respectiva seja celebrada durante o curso do processo, necessariamente.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) III, IV e V.
- b) I, II e V.
- c) II, III e V.
- d) II e III.
- e) I e IV.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/618049**Questão 72:** FCC - AJ TRT23/TRT 23/Judiciária/2016**Assunto:** Da Sentença e Da Coisa Julgada (arts. 485 a 508)

Acolhida a alegação de coisa julgada, extingue-se o processo

- a) sem resolução de mérito, podendo o autor intentar novamente a ação, apenas se provar o pagamento ou o depósito das custas e dos honorários de advogado.
- b) sem resolução de mérito, podendo o autor intentar novamente a ação.
- c) com resolução de mérito, não podendo o autor intentar novamente a ação.
- d) com resolução de mérito, podendo o autor intentar novamente a ação.
- e) sem resolução de mérito, não podendo o autor intentar novamente a ação.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/337637**Questão 73:** FCC - AJ TRE PR/TRE PR/Judiciária/2017**Assunto:** Do Cumprimento da Sentença (arts. 513 a 538)

Em relação à execução contra a Fazenda Pública, considere as afirmativas abaixo.

- I.** É cabível a execução por título extrajudicial contra a Fazenda Pública, hipótese em que será citada para opor embargos no prazo de 30 dias.
- II.** No cumprimento de sentença que impuser à Fazenda Pública a obrigação de pagar quantia certa, o exequente não precisará apresentar demonstrativo discriminado e atualizado do crédito.
- III.** Dentre as matérias que podem ser alegadas pela Fazenda Pública em impugnação ao cumprimento de sentença estão a ilegitimidade de parte, a inexigibilidade da obrigação e o excesso de execução.
- IV.** Se a impugnação ao cumprimento de sentença for parcial, a parte não questionada pela executada não poderá ser, desde logo, objeto de cumprimento.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) III e IV.
- e) I e IV.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/526969**Questão 74:** FCC - TJ TRT9/TRT 9/Administrativa/"Sem Especialidade"/2015**Assunto:** Da Execução em Geral (arts. 771 a 796)

De acordo com o Código de Processo Civil, o credor pode ajuizar execução se o devedor

- a) por negligência, imprudência ou imperícia, causar dano, material ou moral, a ser provado durante a instrução do feito.
- b) não satisfizer obrigação certa, líquida e exigível, consubstanciada em título executivo.
- c) inadimplir o pagamento de obrigação certa, líquida e exigível contida em documento escrito que possua ou não força executiva.
- d) inadimplir o pagamento de obrigação certa e exigível, ainda que ilíquida, contida em documento escrito que possua ou não força executiva.
- e) inadimplir o pagamento de obrigação certa e exigível, ainda que ilíquida, contida em documento escrito que possua força executiva.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/326400

Direito Processual Penal**Questão 75:** FCC - AJ TRE PR/TRE PR/Judiciária/2017**Assunto:** Da Ação Penal (arts. 24 a 62 do CPP)

Sobre as diversas modalidades de ação penal, é **correto** afirmar:

- a) Em caso de morte do ofendido, o direito de intentar a ação privada propriamente dita se transmite ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão da vítima.
- b) O prazo decadencial para o oferecimento da requisição pelo Ministro da Justiça na ação penal condicionada é de seis meses.
- c) A ação penal privada subsidiária da pública fere o comando constitucional que atribui ao Ministério Público a titularidade da ação penal.
- d) Com a revogação do crime de adultério, deixou de existir no ordenamento jurídico brasileiro a chamada ação penal privada personalíssima.
- e) A perempção poderá ser reconhecida em qualquer momento do inquérito policial, bem como antes ou, ainda, após iniciada a ação penal.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/526975

Questão 76: FCC - AJ TRE RR/TRE RR/Judiciária/2015**Assunto:** Critério de Fixação de Competência

Analise a seguinte situação hipotética: Agapito é funcionário público do Estado de Roraima, exercendo suas atividades na Secretaria da Saúde, com sede na cidade de Boa Vista. No exercício do seu cargo, Agapito, agindo em manifesta continuidade delitiva, com o mesmo *modus operandi*, durante aproximadamente seis meses e nas cidades de Boa Vista, Rorainópolis, Alto Alegre e Caracá, todas do Estado de Roraima, desvia em proveito próprio e de sua esposa, diversos bens de que tinha a posse em razão do cargo que ocupa. Agapito iniciou sua prática criminosa na cidade de Boa Vista e praticou o último ato na cidade de Caracá. No mesmo dia, pouco tempo depois da prática do último ato criminoso, Agapito foi preso em flagrante por crime de peculato, quando retornava para a cidade de Boa Vista, em uma Rodovia, na cidade de Mucajá. No caso proposto, a competência para julgamento da ação penal

- a) será do juízo da comarca de Boa Vista, onde o funcionário público praticou o primeiro ato criminoso.
- b) firmar-se-á pela prevenção, uma vez que todos os juízos das comarcas de Boa Vista, Rorainópolis, Alto Alegre e Caracá, onde o réu praticou atos criminosos, são competentes para julgamento da ação penal.
- c) será do juízo da comarca de Caracá, onde o funcionário público praticou o último ato criminoso.
- d) regular-se-á pelo domicílio do réu, uma vez que ele praticou o crime em diversas comarcas do Estado de Roraima.
- e) será do juízo da comarca de Mucajá, local da prisão em flagrante do réu.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/261727

Questão 77: FCC - AJ TRF4/TRF 4/Judiciária/"Sem Especialidade"/2019**Assunto:** Critério de Fixação de Competência

Analise o seguinte caso hipotético:

Xisto cometeu crime de corrupção ativa ao oferecer dinheiro a um auditor fiscal da Receita Federal para que sua empresa, situada na cidade de Florianópolis, não fosse autuada por sonegação de tributos federais, no mês de Agosto de 2018. Após o crime, Xisto foi eleito, no último pleito, para o mandato de Deputado Estadual, pelo estado de Santa Catarina, tomando posse neste ano de 2019.

Neste caso, a competência para processar e julgar Xisto será

- a) do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.
- b) do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
- c) do Superior Tribunal de Justiça.
- d) do Supremo Tribunal Federal.
- e) de uma das varas federais de Florianópolis, com competência criminal.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/943396

Questão 78: FCC - AJ TRE AP/TRE AP/Judiciária/2015**Assunto:** Das Exceções (arts. 95 a 111 do CPP)

No processo Z, Márcio, magistrado é curador do autor. No processo Y, João é acionista de sociedade interessada no referido processo. Nestes casos, no processo Z e no processo Y haverá a

- a) suspeição de Márcio e impedimento de João.
- b) impedimento de Márcio e suspeição de João.
- c) suspeição de ambos os magistrados.
- d) impedimento de ambos.
- e) somente impedimento de João.

Esta questão **possui** comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/315367

Questão 79: FCC - AJ TRE SP/TRE SP/Judiciária/2017**Assunto:** Do Interrogatório do Acusado (arts. 185 a 196 do CPP)

Manoel está cumprindo pena em penitenciária paulista de segurança máxima, na cidade de Presidente Bernardes, após ser condenado por quatro crimes de homicídio. Na cidade e comarca de São Paulo é instaurada uma nova ação penal contra Manoel por crime de coação no curso do processo. Havendo fundada suspeita de que o réu, Manoel, integra organização criminosa e que poderá fugir durante o deslocamento entre as cidades de Presidente Bernardes e São Paulo, o Magistrado competente, por decisão fundamentada, e em caráter excepcional, assegurando ao réu a entrevista prévia com seu advogado e o acompanhamento da audiência uma de instrução, poderá,

- a) de ofício, ou, a requerimento das partes, realizar o interrogatório de Manoel por sistema de videoconferência, intimando as partes com, pelo menos, 10 dias de antecedência.
- b) se houver requerimento das partes, apenas, realizar o interrogatório de Manoel por sistema de videoconferência, intimando as partes com, pelo menos, 10 dias de antecedência.
- c) de ofício, ou, a requerimento das partes, realizar o interrogatório de Manoel por sistema de videoconferência, intimando as partes com, pelo menos, 5 dias de antecedência.
- d) se houver requerimento das partes, apenas, realizar o interrogatório de Manoel por sistema de videoconferência, intimando as partes com, pelo menos, 5 dias de antecedência.

- e) de ofício, ou, a requerimento das partes, realizar o interrogatório de Manoel por sistema de videoconferência, intimando as partes com, pelo menos, 7 dias de antecedência.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/460494

Questão 80: FCC - AJ TRE SE/TRE SE/Administrativa/2015

Assunto: Dos Assistentes (arts. 268 a 273 do CPP)

Manoel e Joaquim estão sendo processados acusados da prática de crime de concussão contra a vítima José. No curso da ação penal, José pretende intervir como Assistente do Ministério Público, assim como o corréu Joaquim. Nos termos preconizados pelo Código de Processo Penal,

- a) o despacho que não admitir o assistente é recorrível através de recurso em sentido estrito.
 b) o corréu não poderá intervir como assistente do Ministério Público.
 c) o assistente será admitido enquanto não for prolatada a sentença em primeiro grau e receberá a causa no estado em que se achar.
 d) o Ministério Público não será ouvido previamente sobre a admissão do assistente.
 e) ao assistente não é permitido propor meios de prova.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/315583

Questão 81: FCC - AJ TRE SE/TRE SE/Judiciária/2015

Assunto: Da Comunicação dos Atos Processuais (arts. 351 a 372 do CPP)

Considere as seguintes assertivas:

- I.** No processo penal, contam-se os prazos da data de juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem e não da data da intimação.
II. Intimada a defesa da expedição da carta precatória, torna-se desnecessária intimação da data da audiência no juízo deprecado.
III. É nulo o julgamento da apelação se, após a manifestação nos autos da renúncia do único defensor, o réu não foi previamente intimado para constituir outro.

Está correto e é súmula editada pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça o indicado em

- a) **II e III**, apenas.
 b) **I e II**, apenas.
 c) **I e III**, apenas.
 d) **I, II e III**.
 e) **III**, apenas.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/315496

Questão 82: FCC - AJ TRE PR/TRE PR/Judiciária/2017

Assunto: Teoria Geral dos Recursos Criminais (disposições gerais sobre recursos)

Sobre os recursos em processo penal, de acordo com entendimento sumulado, é **correto** afirmar:

- a) A renúncia do réu ao direito de apelação, manifestada sem a assistência do defensor, impede o conhecimento da apelação por este interposta.
 b) Fica prejudicada a apelação entregue em cartório no prazo legal, embora despachada tardiamente.
 c) O conhecimento de recurso de apelação do réu depende de sua prisão.
 d) Sentença de primeira instância concessiva de habeas corpus, em caso de crime praticado em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, não está sujeita a recurso ex officio.
 e) É nulo o julgamento da apelação se, após a manifestação nos autos da renúncia do único defensor, o réu não foi previamente intimado para constituir outro.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/526976

Questão 83: FCC - AJ TRE AP/TRE AP/Judiciária/2015

Assunto: Recurso em Sentido Estrito

Jorge, Promotor de Justiça, após receber os autos relatados de um determinado inquérito policial instaurado para apuração de crime de concussão praticado por Marcelo, apresenta a denúncia ao Magistrado competente e, na cota, formula pedido de prisão preventiva em desfavor de Marcelo. O Magistrado recebe a denúncia e indefere o pedido de decretação de prisão preventiva. Inconformado com a decisão e pretendendo reformá-la, Jorge deverá interpor recurso

- a) de apelação, no prazo de 15 dias.
 b) em sentido estrito no prazo de 10 dias.
 c) em sentido estrito no prazo de 5 dias.
 d) de apelação, no prazo de 05 dias.
 e) em sentido estrito no prazo de 15 dias.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/315369

Questão 84: FCC - AJ TRE AP/TRE AP/Administrativa/2015

Assunto: Da Apelação (arts. 593 a 603 do CPP)

Augusto é condenado a cumprir pena de 01 ano de reclusão pelo crime de falsidade ideológica. Habilitou-se durante o trâmite da ação penal um Assistente de Acusação. Inconformado com a condenação Augusto apresenta recurso de apelação para tentar reverter a sentença dentro do prazo de cinco dias. Assinado o termo de apelação Augusto terá prazo para arazoar o recurso, previsto no Código de Processo Penal e, posteriormente, o Ministério Público terá direito ao mesmo prazo para contrarrazoar. Em seguida, o Assistente de Acusação poderá apresentar suas razões no prazo de:

- a) 03 dias.
 b) 48 horas.
 c) 05 dias.
 d) 08 dias.
 e) 10 dias.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/315415

Direitos Humanos**Questão 85:** FCC - AJ TRT24/TRT 24/Apoio Especializado/Tecnologia da Informação/2017**Assunto:** Disposições Preliminares (arts. 1º ao 9º da Lei nº 13.146/2015)

De acordo com a legislação em vigor, qualquer atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação, se amolda ao conceito de

- a) desenho universal.
- b) tecnologia impeditiva.
- c) barreira nas comunicações e na informação.
- d) ineficiência técnica.
- e) acessibilidade.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/476716**Questão 86:** FCC - AJ TRE PR/TRE PR/Apoio Especializado/Medicina do Trabalho/2017**Assunto:** Disposições Preliminares (arts. 1º ao 9º da Lei nº 13.146/2015)

A Lei nº 13.146/2015 estabelece para a pessoa com deficiência direitos à vida, habilitação e à reabilitação, à saúde, à educação, à moradia, ao trabalho, à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer, ao transporte e à mobilidade, à assistência social e à previdência social. Esses direitos são denominados como

- a) sociais.
- b) inclusivos.
- c) humanitários.
- d) fundamentais.
- e) igualitários.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/526936**Questão 87:** FCC - AJ TRT21/TRT 21/Judiciária/2017**Assunto:** Dos Direitos Fundamentais (arts. 10 ao 52 da Lei nº 13.146/2015)

Considere:

- I. Deficiência Física.
- II. Deficiência Mental.
- III. Deficiência Intelectual.
- IV. Deficiência Sensorial.

Nos termos da Lei nº 13.146/2015, os espaços dos serviços de saúde, tanto públicos quanto privados, devem assegurar o acesso da pessoa com deficiência, em conformidade com a legislação em vigor, mediante a remoção de barreiras, por meio de projetos arquitetônico, de ambientação de interior e de comunicação que atendam às especificidades das pessoas com deficiência.

Tal norma destina-se às deficiências constantes em

- a) I, II e IV, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) I, II, III, e IV.
- d) II e III, apenas.
- e) I e IV, apenas.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/575931**Questão 88:** FCC - AJ TST/TST/Apoio Especializado/Suporte em Tecnologia da Informação/2017**Assunto:** Dos Direitos Fundamentais (arts. 10 ao 52 da Lei nº 13.146/2015)

Nos termos da Lei nº 13.146/2015, a recusa de oferta de obra intelectual em formato acessível à pessoa com deficiência é

- a) vedada, salvo se não houver, comprovadamente, recursos para a acessibilidade em questão.
- b) admitida, tão somente para a proteção dos direitos de propriedade intelectual.
- c) sempre admitida, tendo em vista os direitos inerentes à obra e ao artista.
- d) vedada, sob qualquer argumento.
- e) admitida em apenas duas hipóteses: para a proteção dos direitos de propriedade intelectual e se não houver recursos necessários à acessibilidade.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/584330**Questão 89:** FCC - AJ TRT11/TRT 11/Apoio Especializado/Tecnologia da Informação/2017**Assunto:** Do Acesso à Justiça (arts. 79 a 87 da Lei nº 13.146/2015)

No que diz respeito ao reconhecimento igual perante a lei, a Lei nº 13.146/2015 estabelece que

- a) a pessoa com deficiência sempre será submetida à curatela.
- b) a curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva ordinária.
- c) a curatela é proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso e persiste obrigatoriamente até que sejam completados os 21 anos de idade.
- d) é facultado à pessoa com deficiência a adoção de processo de tomada de decisão apoiada.
- e) a curatela não afeta os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/455442

Direito Tributário

Questão 90: FCC - AJ TRF4/TRF 4/Judiciária/"Sem Especialidade"/2019

Assunto: A natureza jurídica específica dos tributos

Conforme Código Tributário Nacional (CTN), que estabelece normas gerais de direito tributário,

- a) a natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la a denominação e demais características formais adotadas pela lei e a destinação legal do produto da sua arrecadação.
- b) tributo é toda obrigação compulsória de pagar, em moeda ou título de crédito, inclusive as decorrentes de sanção de ato ilícito ou de utilização de rodovias e serviços públicos de transporte, instituída em ato normativo, e arrecadada na rede bancária ou em escritórios próprios da Administração pública.
- c) imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador qualquer atividade do poder público em prol do sujeito passivo e que não constitua sanção de ato ilícito.
- d) contribuição de melhoria pode ser cobrada pelos Estados e pelo Distrito Federal, para fazer face ao custo de obras de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total o acréscimo de valor, que da obra resultar, para cada imóvel beneficiado, ou um décimo do valor do imóvel após a obra.
- e) as taxas podem ser cobradas pelos Municípios, Distrito Federal e Estados e têm como fato gerador o exercício do poder de polícia ou à disponibilidade a coletividade em geral de serviço público, prestado pela Administração direta ou indireta, da União, Estados ou Municípios.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/943399

Questão 91: FCC - AJ TRF5/TRF 5/Judiciária/"Sem Especialidade"/2017

Assunto: Repartição da Competência Tributária (privativa, comum, cumulativa, residual, extraordinária)

A Constituição Federal, no Capítulo I de seu Título VI, estabelece as regras relativas ao Sistema Tributário Nacional.

De acordo com as regras deste Capítulo,

- a) os Estados federados têm competência para instituir o ICMS, o ISS e o IPVA.
- b) parte do produto da arrecadação do ITCMD, do ITR e do IPI será entregue a outros entes federados, conforme estabelecido no texto constitucional.
- c) estão sujeitos aos princípios da anterioridade de exercícios e da anterioridade nonagesimal (noventena), o IR, o IOF e o ITBI.
- d) a competência para instituir e cobrar a contribuição de melhoria, a contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública e a contribuição para custeio de regime de previdência próprio de seus servidores, e em benefício deles, é, apenas, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- e) a União tem competência para instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/583678

Questão 92: FCC - TJ TRF4/TRF 4/Administrativa/"Sem Especialidade"/2019

Assunto: Repartição da Competência Tributária (privativa, comum, cumulativa, residual, extraordinária)

A Constituição Federal de 1988 estabelece que o Brasil é uma república federativa formada pela união indissolúvel dos estados e municípios e do distrito federal, e na parte que trata DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO, determina as competências tributárias da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Conforme a referida Constituição, são tributos que podem ser instituídos pela União:

- a) imposto sobre operações de crédito, contribuição de melhoria, contribuição para o custeio da iluminação pública e imposto sobre serviços.
- b) imposto sobre a renda, imposto sobre importação de produtos estrangeiros e imposto sobre grandes fortunas.
- c) contribuição de intervenção no domínio econômico, contribuição de melhoria, imposto sobre propriedades territoriais urbanas e taxa de fiscalização de portos e ferrovias.
- d) taxa de serviço de polícia de fronteira, contribuição previdenciária, imposto sobre a renda, e imposto sobre a propriedade de veículos automotores terrestres e aquáticos.
- e) taxa de expedição de certidões, taxa de vigilância sanitária, imposto sobre produtos industrializados destinados ao exterior e imposto sobre propriedade territorial urbana.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/943740

Questão 93: FCC - TJ TRF4/TRF 4/Administrativa/"Sem Especialidade"/2019

Assunto: Disposições Gerais sobre Obrigação tributária (conceito, obrigação principal e acessória)

Conforme o Código Tributário Nacional (CTN), a obrigação tributária

- a) depende, na essência, de o contribuinte, pessoa natural ou jurídica, estar sujeito a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios.
- b) decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas, de pagar, ou negativas, de receber, tributos, decorrentes da utilização, ou não utilização, dos serviços públicos federais, estaduais ou municipais, pelo cidadão residente no país.
- c) tem como fato gerador a conduta ativa ou omissiva do sujeito ativo face ao sujeito passivo, abrangendo os serviços prestados ou não prestados, pelo município ao munícipe, tais como segurança e proteção à vida, à liberdade, à intervenção externa, à educação de nível superior e ao patrimônio.
- d) depende, para ser cobrada coativamente, da capacidade civil passiva das pessoas naturais e da existência de responsável que tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.
- e) principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/943738

Questão 94: FCC - AJ TRF5/TRF 5/Judiciária/"Sem Especialidade"/2017

Assunto: Sujeito: Ativo e Passivo (arts. 119 a 123 do CTN)

Mário e Maria decidiram abrir um bazar em sociedade. Embora a legislação do ICMS de seu Estado determinasse que, antes de dar início a suas operações de circulação de mercadorias, a empresa devesse estar inscrita, como contribuinte, na repartição fiscal competente, Mário e Maria não atenderam a essa exigência legal. Simplesmente abriram a empresa e começaram a funcionar, sem cumprir as exigências da legislação tributária pertinente. Nem mesmo contrato social escrito a empresa tinha.

Compravam de seus fornecedores e vendiam a seus clientes, como o fazem todas as empresas regulares, e atuavam, perante seus fornecedores e clientes, tal como atuam as empresas em situação regular perante o fisco. Ninguém tinha dúvida de que a empresa de Mário e Maria configurava efetivamente uma unidade econômica. Até nome fantasia a sociedade tinha: "Bazar MM".

Considerando os dados acima e a normas do Código Tributário Nacional,

- a) a empresa em questão, desde que comprove, efetivamente, sua capacidade econômico-financeira, possuirá, automática e necessariamente, capacidade ativa.
- b) o fato de essa empresa configurar uma unidade econômica, mesmo sem estar regularmente constituída, é o bastante para nela se identificar capacidade tributária passiva.
- c) a empresa em questão, em razão de sua constituição irregular e da falta de comprovação da capacidade civil de seus dois sócios, não possui capacidade tributária passiva, nem ativa.
- d) a falta capacidade tributária ativa da pessoa jurídica irregularmente constituída pode ser suprida com a comprovação de que todos os seus sócios são, de fato, pessoas civilmente capazes.
- e) a capacidade passiva da pessoa jurídica depende, necessária e diretamente, da comprovação da capacidade tributária ativa de cada um de seus sócios, tratando-se de pessoa jurídica constituída sob responsabilidade limitada.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/583679

Questão 95: FCC - AJ TRF4/TRF 4/Judiciária/"Sem Especialidade"/2019

Assunto: Responsabilidade Tributária (arts. 128 a 138 do CTN)

No capítulo que trata de responsabilidade tributária, o Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que

- a) a pessoa jurídica de direito privado que resultar de cisão, fusão ou incorporação de outra é responsável apenas pelos tributos devidos após a data do ato, sendo que os débitos anteriores ao ato são de responsabilidade integral das pessoas jurídicas cindidas, fundidas ou incorporadas, e seus respectivos sócios, titulares, controladores e gestores.
- b) a responsabilidade dos sucessores ocorre quando pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, adquire, em leilão judicial, fundo de comércio ou estabelecimento, comercial, industrial ou profissional, em processo de falência, e continua a exploração da respectiva atividade.
- c) em processo de falência, o produto da alienação judicial de empresa, filial ou unidade produtiva isolada permanecerá em conta de depósito à disposição do juízo de falência pelo prazo de um ano, contado da data de alienação, somente podendo ser utilizado para o pagamento de créditos extraconcursais ou de créditos que preferem ao tributário.
- d) a responsabilidade relativa às infrações à legislação tributária é excluída na hipótese de denúncia espontânea, desde que acompanhada de recolhimento, ou de parcelamento, do valor integral do tributo, acrescido dos juros de mora e multa moratória devidos.
- e) em regra, o crédito tributário não pode ser exigido de terceiro, que não seja o contribuinte ou o responsável, mas admite tal cobrança, com caráter solidário e sem benefício de ordem, em relação aos pais e avós pelos tributos devidos por seus filhos e netos menores e em relação aos sócios, pelos tributos devidos pela sociedade simples ou empresarial.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/943400

Questão 96: FCC - AJ TRF5/TRF 5/Judiciária/"Sem Especialidade"/2017

Assunto: Lançamento e Constituição do Crédito Tributário (arts. 142 a 150 do CTN)

Em fevereiro do corrente ano, 2017, um Município nordestino efetuou o lançamento de ofício do IPTU, cujo fato gerador ocorreu no dia 1º de janeiro do mesmo exercício. O referido lançamento foi feito em nome do Sr. Aníbal de Oliveira, que, segundo informações constantes do cadastro municipal, seria o proprietário do referido imóvel, na data da ocorrência do fato gerador.

Em março de 2017, depois de devidamente notificado do lançamento realizado, o Sr. Aníbal de Oliveira apresentou, tempestivamente, no órgão municipal competente, impugnação contra o lançamento efetuado, alegando que, em 15 de dezembro de 2016, havia formalizado a doação do referido imóvel a seu filho, Sérgio de Oliveira, e que, em razão disso, não seria devedor do crédito tributário referente ao IPTU 2017. A impugnação estava instruída com cópia da escritura de doação e de seu respectivo registro, ainda em 2016, no Cartório de Registro de Imóveis competente. O doador esclareceu, ainda, na referida impugnação, que o órgão municipal competente não foi comunicado, nem por ele, nem pelo donatário, da transmissão da propriedade do referido imóvel, pois a legislação local não os obrigava a prestar tal informação.

Sérgio de Oliveira, a seu turno, foi corretamente identificado como contribuinte do ITCMD devido em razão da doação por ele recebida, e pagou crédito tributário devido.

Considerando os dados acima, bem como as regras do Código Tributário Nacional e da Constituição Federal acerca do lançamento tributário, constata-se que

- a) não poderá ser feito lançamento de IPTU contra Sérgio de Oliveira, em 2017, por ele já ter sido identificado, no ano anterior, como contribuinte do ITCMD incidente sobre a doação recebida.
- b) o princípio constitucional da anterioridade nonagesimal (noventena) impede o lançamento e a cobrança do IPTU antes de transcorridos 90 (noventa) da ocorrência de fato gerador do ITBI ou do ITCMD.
- c) o lançamento do IPTU, antes de decorrido um ano do lançamento do ITCMD, constitui bitributação, bem como violação do princípio do não confisco e da anterioridade nonagesimal (noventena).
- d) o lançamento de ofício do IPTU poderá ser revisto pelo Município, ainda em 2017, pois, embora a doação tenha ocorrido antes de 1º de janeiro de 2017, a Fazenda Pública não teve conhecimento de tal fato antes de o contribuinte apresentar sua impugnação.
- e) o lançamento de ofício do IPTU poderá ser revisto, mas por órgão competente do Estado em que se localiza o referido Município, em obediência ao princípio constitucional da duplicidade instâncias de lançamento, e desde que obedecido o prazo prescricional.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/583677

Questão 97: FCC - AJ TRF4/TRF 4/Judiciária/"Sem Especialidade"/2019

Assunto: Lançamento e Constituição do Crédito Tributário (arts. 142 a 150 do CTN)

Considerando-se as modalidades de lançamento previstas no Código Tributário Nacional (CTN),

- a) quando a autoridade administrativa arbitra valor ou preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos para o cálculo do tributo que tenha por base, ou tome em consideração, estes valores, sem a necessidade de processos regulares ou complexos, em tributos de baixo valor, tal procedimento se classifica como "lançamento simplificado".
- b) o lançamento efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação, pode ser classificado como "lançamento por declaração".
- c) o lançamento pode ser realizado pelo sujeito passivo, quando a legislação estabelece que ele deva elaborar sua escrituração fiscal, mediante procedimento regulado e regular, calcular o valor devido, apresentar os cálculos a autoridade administrativa, obter a guia de recolhimento com o visto autorizativo e recolher o valor devido, hipótese em que se configura o "lançamento passivo".
- d) as leis tributárias da União, Estados, Distrito Federal e Municípios podem estabelecer outras modalidades de lançamento e de modificação do lançamento realizado, não previstas no Código, conhecidas por "lançamento especial".
- e) o lançamento é realizado de ofício pela autoridade administrativa apenas na hipótese de indício ou suspeita de falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória, ou de não localização do sujeito passivo.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/943398

Questão 98: FCC - TJ TRF4/TRF 4/Administrativa/"Sem Especialidade"/2019

Assunto: Lançamento e Constituição do Crédito Tributário (arts. 142 a 150 do CTN)

O crédito tributário tem características distintas do crédito civil e, conforme o Código Tributário Nacional (CTN),

- a) compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
- b) compete ao contribuinte, responsável ou coobrigado pelo valor devido, constituir o crédito tributário pelo pagamento do imposto devido, após o prévio exame da autoridade administrativa, no chamado alto lançamento, na hipótese de tributo relativo a operações no mercado financeiro, grandes heranças ou grandes fortunas, por exemplo.
- c) será suspensa a exigibilidade do crédito tributário na hipótese de moratória, depósito do montante parcial ou integral, ou de reclamações nos órgãos de defesa da cidadania e igualdade.
- d) o crédito tributário será extinto apenas pelo pagamento, parcelamento, decisão judicial ou morte do devedor.
- e) existindo simultaneamente dois ou mais débitos vencidos, do mesmo sujeito passivo, para com o mesmo ou diferentes credores, relativos ao mesmo ou a diferentes tributos, a autoridade administrativa que receber o pagamento determinará a respectiva imputação, obedecidas as seguintes regras: primeiro os créditos da União, e depois os dos estados e municípios, em conjunto e proporcionalmente.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/943739

Questão 99: FCC - AJ TRF4/TRF 4/Judiciária/"Sem Especialidade"/2019

Assunto: Fiscalização Tributária (arts. 194 a 200 do CTN)

No que se refere à Administração Tributária, o Código Tributário Nacional (CTN) prevê que:

- a) a Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma estabelecida em tratados, acordos ou convênios, poderá permutar informações com Estados estrangeiros, Organizações Internacionais e Agências de avaliação de risco, no interesse da arrecadação, da fiscalização de tributos e da melhoria do ambiente econômico.
- b) é vedada a divulgação, por parte dos servidores da Fazenda Pública, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros, exceto ao que se refere ao estado de seus negócios ou atividades, e as dívidas existentes perante a Fazenda Pública, escritas ou a inscrever na Dívida Pública.
- c) mediante ordem judicial, emitida pelo Juiz de Vara Civil ou Criminal da respectiva comarca, os bancos e demais instituições financeiras, são obrigados a prestar todas as informações de que dispõem com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros, sendo vedado prestar tais informações mediante solicitação ou intimação escrita da autoridade administrativa tributária.
- d) os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados, pelo Estado, em arquivo público, até que ocorra a caducidade das informações, a suspensão da exigência ou a extinção dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.
- e) para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibi-los.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/943401

Matemática**Questão 100:** FCC - AJ TRF3/TRF 3/Apoio Especializado/Contadoria/2016**Assunto:** Regra de três

Uma indústria produz um tipo de máquina que demanda a ação de grupos de funcionários no preparo para o despacho ao cliente. Um grupo de 20 funcionários prepara o despacho de 150 máquinas em 45 dias. Para preparar o despacho de 275 máquinas, essa indústria designou 30 funcionários. O número de dias gastos por esses 30 funcionários para preparem essas 275 máquinas é igual a

- a) 55.
- b) 36.
- c) 60.
- d) 72.
- e) 48.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.teconconcursos.com.br/conteudo/questoes/358390**Questão 101:** FCC - AJ TRF4/TRF 4/Apoio Especializado/Infraestrutura em Tecnologia da Informação/2019**Assunto:** Exercícios envolvendo velocidade, espaço, tempo

João levou sua mãe para visitar uma amiga. Na ida foi a uma velocidade média de 40 km/h, mas na volta percorreu o trajeto a 60 km/h. Se gastou ao todo 95 minutos e só parou por 5 minutos para deixar sua mãe na casa da amiga, a distância total percorrida foi de

- a) 48 km
- b) 24 km
- c) 72 km
- d) 90 km
- e) 60 km

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.teconconcursos.com.br/conteudo/questoes/942816**Questão 102:** FCC - AJ TRF3/TRF 3/Apoio Especializado/Medicina (Clínica Geral)/2016**Assunto:** Equações de primeiro grau

O setor de compras de uma empresa vai adquirir certas quantidades de dois tipos de artigos, sendo um deles de valor unitário R\$ 15,00, e o outro no valor unitário R\$ 24,00. Gastando exatamente R\$ 537,00 nessa compra, o maior número de maneiras distintas em que ela poderá ser realizada é igual a

- a) 4.
- b) 5.
- c) 3.
- d) 6.
- e) 9.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.teconconcursos.com.br/conteudo/questoes/358606**Questão 103:** FCC - AJ TRT20/TRT 20/Judiciária/Oficial de Justiça Avaliador Federal/2016**Assunto:** Equações de primeiro grau

Uma situação judicial exige que o valor de R\$ 810.000,00 seja repartido em três partes de forma que a segunda seja igual ao dobro da primeira e a terça parte da terceira. Feita a repartição dessa maneira, a diferença entre a maior e a menor das três partes foi, em reais, de

- a) 480.000,00.
- b) 420.000,00.
- c) 460.000,00.
- d) 380.000,00.
- e) 450.000,00.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.teconconcursos.com.br/conteudo/questoes/437805

Português

Questão 104: FCC - AJ TRT2/TRT 2/Judiciária/"Sem Especialidade"/2018**Assunto:** Conjugação. Reconhecimento e emprego dos modos e tempos verbais**A importância do imperfeito**

O conceito de perfeição guia muitas aspirações nossas, seja em nossas vidas privadas, seja nos diversos espaços profissionais. Falamos ou ouvimos falar de "relações perfeitas" entre duas pessoas como modelos a serem seguidos, ou de almejar sempre a realização perfeita de um trabalho. Em algumas religiões, aprendemos que nosso objetivo é chegar ao paraíso, lutar pela perfeição absoluta, final de jornada para aqueles que, se não conseguiram atingir a perfeição em vida, pelo menos a perseguiram com determinação.

Historicamente, o perfeito está relacionado com a estética, andando de mãos dadas com o belo, conforme rezam os preceitos da arte clássica. Muito da criatividade humana, tanto nas artes como nas ciências, é inspirado por esse ideal de perfeição. Mas nem tudo. Pelo contrário, várias das ideias que revolucionaram nossa produção artística e científica vieram justamente da exaltação do imperfeito, ou pelo menos da percepção de sua importância.

Nas artes, exemplos de rompimento com a busca da perfeição são fáceis de encontrar. De certa forma, toda a pintura moderna é ou foi baseada nesse esforço de explorar o imperfeito. Romper com o perfeito passou a ser uma outra possibilidade de ser belo, como ocorre na música atonal ou na escultura abstrata, em que se encontram novas perspectivas de avaliação do que seja harmônico ou simétrico. Na física moderna, o imperfeito ocupa um lugar de honra. De fato, se a Natureza fosse perfeita, o Universo seria um lugar extremamente sem graça. Do microcosmo das partículas elementares da matéria ao macrocosmo das galáxias e mesmo no Universo como um todo, a imperfeição é fundamental. A estrutura hexagonal dos flocos de neve é uma manifestação de simetrias que existem no nível molecular, mas, ao mesmo tempo, dois flocos de neve jamais serão perfeitamente iguais. Não faltam razões, enfim, para que nos aceitemos como seres imperfeitos. Por que não?

(Adaptado de: GLEISER, Marcelo. **Retalhos cósmicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 189-190)

Numa reelaboração de um segmento do texto, mantêm-se a correção da frase e uma adequada correlação entre os tempos e modos verbais em:

- a) Em algumas religiões, tomávamos consciência de que o nosso objetivo era chegar ao paraíso, visto como um espaço de plenitude e perfeição.
- b) Algumas teses de que iriam revolucionar a produção artística têm a haver com a incorporação, das formas imperfeitas.
- c) Muitos casos de ruptura com a sede de perfeição verifica-se na exploração de novos modelos artísticos, aonde predominasse a imperfeição.
- d) Se numa relação afetiva entre duas pessoas poderiam ocorrer discensões, o que de fato se pretendia eram uma troca de afetos harmoniosos.
- e) Não apenas na arte, como assim também na física, o lugar do imperfeito existiria como um fator que proporcione o equilíbrio de uma determinada estrutura.

Esta questão possui comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/65387

Questão 105: FCC - AJ TRT2/TRT 2/Judiciária/"Sem Especialidade"/2018**Assunto:** Conjugação. Reconhecimento e emprego dos modos e tempos verbais**Em torno do bem e do mal**

Quando nos referimos ao Bem e ao Mal, devemos considerar que há uma série de pequenos satélites desses grandes planetas, e que são a pequena bondade, a pequena maldade, a pequena inveja, a pequena dedicação... No fundo é disso que se faz a vida das pessoas, ou seja, de fraquezas e virtudes minúsculas. Por outro lado, para as pessoas que se importam com a ética, há uma regra simples e fundamental: não fazer mal a outrem. A partir do momento em que tenhamos a preocupação de respeitar essa simples regra de convivência humana, não será preciso perdermo-nos em grandes filosofias especulativas sobre o que seja o Bem e o Mal.

"Não faças aos outros o que não queres que te façam a ti" parece um ponto de vista egoísta, mas é uma diretriz básica pela qual deve o comportamento humano se orientar para afastar o egoísmo e cultivar verdadeiramente o que se precisa entender por relação humana. Pensando bem, a formulação dessa diretriz bem pode ter uma versão mais positiva: "Faz aos outros o que quiseres que façam a ti". Não é apenas mais simpático, é mais otimista, e dissolve de vez a suspeita fácil de uma providência egoísta.

(A partir de José Saramago. **As palavras de Saramago**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 111-112, passim)

Não faças aos outros o que não queres que te façam a ti.

A frase acima permanecerá **correta** caso se substituam os elementos sublinhados, respectivamente, por

- a) fazei – queireis – vos façam a vós
- b) faça – queiras – a ti te façam
- c) façais – queirais – vos façam a vós
- d) faça – quiseres – que a você lhe façam
- e) faze – queirais – que se lhe faça

Esta questão possui comentário do professor no site. www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/653882

Questão 106: FCC - AJ TRT2/TRT 2/Judiciária/"Sem Especialidade"/2018**Assunto:** Significação de vocábulo e expressões**Em torno do bem e do mal**

Quando nos referimos ao Bem e ao Mal, devemos considerar que há uma série de pequenos satélites desses grandes planetas, e que são a pequena bondade, a pequena maldade, a pequena inveja, a pequena dedicação... No fundo é disso que se faz a vida das pessoas, ou seja, de **fraquezas e virtudes minúsculas**. Por outro lado, para as pessoas que se importam com a ética, há uma regra simples e fundamental: não fazer mal a outrem. A partir do momento em que tenhamos a preocupação de respeitar essa simples regra de convivência humana, não será preciso perdermo-nos em **grandes filosofias especulativas** sobre o que seja o Bem e o Mal.

"Não faças aos outros o que não queres que te façam a ti" parece um ponto de vista egoísta, mas é **uma diretriz básica** pela qual deve o comportamento humano se orientar para afastar o egoísmo e cultivar verdadeiramente o que se precisa entender por relação humana. Pensando bem, a formulação dessa diretriz bem pode ter **uma versão mais positiva**: "Faz aos outros o que quiseres que façam a ti". Não é apenas mais simpático, é mais otimista, e **dissolve de vez a suspeita** fácil de uma providência egoísta.

(A partir de José Saramago. **As palavras de Saramago**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 111-112, passim)

Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- a) **fraquezas e virtudes minúsculas** = mazelas e sanções mínimas
- b) **grandes filosofias especulativas** = totalizações filosóficas redundantes

- c) *uma diretriz básica* = um postulado conveniente
- d) *uma versão mais positiva* = um paralelismo menos relutante
- e) *dissolve de vez a suspeita* = desfaz terminantemente a desconfiança

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/653880**Questão 107:** FCC - AJ TRT2/TRT 2/Judiciária/"Sem Especialidade"/2018**Assunto:** Concordância (Verbal e Nominal)**[O poeta e a política]**

Sou um animal político ou apenas gostaria de ser? Estou preparado? Posso entrar na militância sem me engajar num partido? Nunca pertencerei a um partido, isto eu já decidi. Resta o problema da ação política com bases individualistas, como pretende a minha natureza. Há uma contradição insolúvel entre minhas ideias ou o que suponho minhas ideias, e talvez sejam apenas utopias consoladoras, e minha inaptidão para o sacrifício do ser particular, crítico e sensível, em proveito de uma verdade geral, impessoal, às vezes dura, senão impiedosa. Não quero ser um energúmeno, um sectário, um apaixonado ou um frio domesticado, conduzido por palavras de ordem. Como posso convencer a outros se não me convenco a mim mesmo? Se a inexorabilidade, a malícia, a cruzeza, o oportunismo da ação política me desagradam, e eu, no fundo, quero ser um intelectual político sem experimentar as impurezas da ação política?

(ANDRADE, Carlos Drummond de. **O observador no escritório**. Rio de Janeiro: Record, 1985, p. 31)

O verbo entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na seguinte frase:

- a) Nas contradições insolúveis configuram-se os dilemas que (**incitar**) a nossa capacidade de reflexão e de escolha.
- b) Aos indivíduos que vivem de utopias (**restar**) avaliar o peso que pode advir de muitas frustrações.
- c) Aqueles que alimentam convicções partidárias (**cumprir**) seguir linhas de ação já definidas.
- d) Manifestam-se para o poeta dilemas que (**aturdir**) todo indivíduo que não renuncia às convicções mais pessoais.
- e) Às linhas de ação mais rigorosas de um partido (**costumar**) opor-se a inclinação individualista do artista.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/653885**Questão 108:** FCC - AJ TRT2/TRT 2/Judiciária/"Sem Especialidade"/2018**Assunto:** Vozes (voz passiva e voz ativa)**A importância do imperfeito**

O conceito de perfeição guia muitas aspirações nossas, seja em nossas vidas privadas, seja nos diversos espaços profissionais. Falamos ou ouvimos falar de "relações perfeitas" entre duas pessoas como modelos a serem seguidos, ou de almejar sempre a realização perfeita de um trabalho. Em algumas religiões, aprendemos que nosso objetivo é chegar ao paraíso, lar da perfeição absoluta, final de jornada para aqueles que, se não conseguiram atingir a perfeição em vida, pelo menos a perseguiram com determinação.

Historicamente, o perfeito está relacionado com a estética, andando de mãos dadas com o belo, conforme rezam os preceitos da arte clássica. Muito da criatividade humana, tanto nas artes como nas ciências, é inspirado por esse ideal de perfeição. Mas nem tudo. Pelo contrário, várias das ideias que revolucionaram nossa produção artística e científica vieram justamente da exaltação do imperfeito, ou pelo menos da percepção de sua importância.

Nas artes, exemplos de rompimento com a busca da perfeição são fáceis de encontrar. De certa forma, toda a pintura moderna é ou foi baseada nesse esforço de explorar o imperfeito. Romper com o perfeito passou a ser uma outra possibilidade de ser belo, como ocorre na música atonal ou na escultura abstrata, em que se encontram novas perspectivas de avaliação do que seja harmônico ou simétrico. Na física moderna, o imperfeito ocupa um lugar de honra. De fato, se a Natureza fosse perfeita, o Universo seria um lugar extremamente sem graça. Do microcosmo das partículas elementares da matéria ao macrocosmo das galáxias e mesmo no Universo como um todo, a imperfeição é fundamental. A estrutura hexagonal dos flocos de neve é uma manifestação de simetrias que existem no nível molecular, mas, ao mesmo tempo, dois flocos de neve jamais serão perfeitamente iguais. Não faltam razões, enfim, para que nos aceitemos como seres imperfeitos. Por que não?

(Adaptado de: GLEISER, Marcelo. **Retalhos cósmicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 189-190)

Há forma verbal na voz passiva e pleno atendimento às normas de concordância na frase:

- a) Sempre houve aspirações cuja meta era a perfeição, mas que não se cumpria por falta de determinação de quem as alimentavam.
- b) Por vezes caminham juntas a sede de perfeição e esforço pelo belo, tal como se podem constatar nas obras de arte clássicas.
- c) As obras de arte modernas comportam, com frequência, a ação de algum elemento imperfeito, que as elevam a patamares insólitos.
- d) O exemplo dos flocos de neve é trazido ao texto para ilustrar um caso em que mesmo uma rigorosa simetria pode produzir diferenças.
- e) A exaltação das formas imperfeitas, nas artes plásticas ou na música, ocorrem sobretudo na modernidade, em que recusa a composição harmônica.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/653876**Questão 109:** FCC - AJ TRT2/TRT 2/Judiciária/"Sem Especialidade"/2018**Assunto:** Interpretação de Textos (compreensão)**A importância do imperfeito**

O conceito de perfeição guia muitas aspirações nossas, seja em nossas vidas privadas, seja nos diversos espaços profissionais. Falamos ou ouvimos falar de "relações perfeitas" entre duas pessoas como modelos a serem seguidos, ou de almejar sempre a realização perfeita de um trabalho. Em algumas religiões, aprendemos que nosso objetivo é chegar ao paraíso, lar da perfeição absoluta, final de jornada para aqueles que, se não conseguiram atingir a perfeição em vida, pelo menos a perseguiram com determinação.

Historicamente, o perfeito está relacionado com a estética, andando de mãos dadas com o belo, conforme rezam os preceitos da arte clássica. Muito da criatividade humana, tanto nas artes como nas ciências, é inspirado por esse ideal de perfeição. Mas nem tudo. Pelo contrário, várias das ideias que revolucionaram nossa produção artística e científica vieram justamente da exaltação do imperfeito, ou pelo menos da percepção de sua importância.

Nas artes, exemplos de rompimento com a busca da perfeição são fáceis de encontrar. De certa forma, toda a pintura moderna é ou foi baseada nesse esforço de explorar o imperfeito. Romper com o perfeito passou a ser uma outra possibilidade de ser belo, como ocorre na música atonal ou na escultura abstrata, em que se encontram novas perspectivas de avaliação do que seja harmônico ou simétrico. Na física moderna, o imperfeito ocupa um lugar de honra. De fato, se a Natureza fosse perfeita, o Universo seria um lugar extremamente sem graça. Do microcosmo das partículas elementares da matéria ao macrocosmo das galáxias e mesmo no Universo como um todo, a imperfeição é fundamental. A estrutura hexagonal dos flocos de neve é uma manifestação de simetrias que existem no nível molecular, mas, ao mesmo tempo, dois flocos de neve jamais serão perfeitamente iguais. Não faltam razões, enfim, para que nos aceitemos como seres imperfeitos. Por que não?

(Adaptado de: GLEISER, Marcelo. **Retalhos cósmicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 189-190)

Os três parágrafos do texto organizam-se de modo a constituírem, na ordem dada, as seguintes operações argumentativas:

- a) relativização do conceito de perfeito; valorização absoluta do conceito de perfeito; inclusão do conceito de imperfeito.
- b) valorização absoluta do conceito de perfeito; valorização absoluta do conceito de imperfeito; nova valorização do conceito de perfeito.
- c) reconhecimento do conceito de perfeito; relativização do conceito de perfeito; demonstração do valor do imperfeito.
- d) defesa dos conceitos de perfeito e imperfeito; valorização máxima do conceito de imperfeito; conclusão acerca da superioridade do imperfeito.
- e) recuperação histórica do conceito de perfeito; predomínio do imperfeito nas artes e nas ciências; reavaliação positiva do conceito de perfeito.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.teccursos.com.br/conteudo/questoes/653872

Questão 110: FCC - AJ TRT2/TRT 2/Judiciária/"Sem Especialidade"/2018

Assunto: Interpretação de Textos (compreensão)

A importância do imperfeito

O conceito de perfeição guia muitas aspirações nossas, seja em nossas vidas privadas, seja nos diversos espaços profissionais. Falamos ou ouvimos falar de "relações perfeitas" entre duas pessoas como modelos a serem seguidos, ou de almejar sempre a realização perfeita de um trabalho. Em algumas religiões, aprendemos que nosso objetivo é chegar ao paraíso, lar da perfeição absoluta, final de jornada para aqueles que, se não conseguiram atingir a perfeição em vida, pelo menos a perseguiram com determinação.

Historicamente, o perfeito está relacionado com a estética, andando de mãos dadas com o belo, conforme rezam os preceitos da arte clássica. Muito da criatividade humana, tanto nas artes como nas ciências, é inspirado por esse ideal de perfeição. Mas nem tudo. Pelo contrário, várias das ideias que revolucionaram nossa produção artística e científica vieram justamente da exaltação do imperfeito, ou pelo menos da percepção de sua importância.

*Nas artes, exemplos de rompimento com a busca da perfeição são fáceis de encontrar. De certa forma, toda a pintura moderna é ou foi baseada nesse esforço de explorar o imperfeito. Romper com o perfeito passou a ser uma outra possibilidade de ser belo, como ocorre na música atonal ou na **escultura abstrata**, em que se encontram novas perspectivas de avaliação do que seja harmônico ou simétrico. Na física moderna, o imperfeito ocupa um lugar de honra. De fato, se a Natureza fosse perfeita, o Universo seria um lugar extremamente sem graça. Do microcosmo das partículas elementares da matéria ao macrocosmo das galáxias e mesmo no Universo como um todo, a imperfeição é fundamental. A estrutura hexagonal dos flocos de neve é uma manifestação de simetrias que existem no nível molecular, mas, ao mesmo tempo, dois flocos de neve jamais serão perfeitamente iguais. Não faltam razões, enfim, para que nos aceitemos como seres imperfeitos. Por que não?*

(Adaptado de: GLEISER, Marcelo. **Retalhos cósmicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 189-190)

Uma *escultura abstrata* e a estrutura hexagonal dos flocos de neve são exemplos de que o autor do texto se serve para demonstrar que

- a) as artes e a física moderna valem-se dos mesmos modelos de perfeição e de beleza.
- b) o imperfeito pode representar-se tanto na criação estética como na ordem natural.
- c) a imperfeição final é a ordem a partir da qual tudo se organiza na arte e na natureza.
- d) sob o aspecto de uma aparente imperfeição há o primado das leis que regem o perfeito.
- e) por trás das formas belas e das estruturas físicas encontra-se a razão mesma de ser do que é perfeito.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.teccursos.com.br/conteudo/questoes/653873

Questão 111: FCC - AJ TRT2/TRT 2/Judiciária/"Sem Especialidade"/2018

Assunto: Interpretação de Textos (compreensão)

Em torno do bem e do mal

Quando nos referimos ao Bem e ao Mal, devemos considerar que há uma série de pequenos satélites desses grandes planetas, e que são a pequena bondade, a pequena maldade, a pequena inveja, a pequena dedicação... No fundo é disso que se faz a vida das pessoas, ou seja, de fraquezas e virtudes minúsculas. Por outro lado, para as pessoas que se importam com a ética, há uma regra simples e fundamental: não fazer mal a outrem. A partir do momento em que tenhamos a preocupação de respeitar essa simples regra de convivência humana, não será preciso perdermo-nos em grandes filosofias especulativas sobre o que seja o Bem e o Mal.

"Não faças aos outros o que não queres que te façam a ti" parece um ponto de vista egoísta, mas é uma diretriz básica pela qual deve o comportamento humano se orientar para afastar o egoísmo e cultivar verdadeiramente o que se precisa entender por relação humana. Pensando bem, a formulação dessa diretriz bem pode ter uma versão mais positiva: "Faz aos outros o que quiseres que façam a ti". Não é apenas mais simpático, é mais otimista, e dissolve de vez a suspeita fácil de uma providência egoísta.

(A partir de José Saramago. **As palavras de Saramago**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 111-112, *passim*)

Ao se referir aos pequenos satélites desses grandes planetas, José Saramago está considerando

- a) o valor maior que se atribui ao Bem e ao Mal e a consideração menor com que vemos as suas práticas miúdas.
- b) a órbita dos pequenos satélites, girando em torno da grandeza indiscutivelmente superior dos planetas Bem e Mal.
- c) uma relação já reconhecida entre a pequenez dos gestos baratos e a magnitude dos grandes sacrifícios.
- d) a ilusão de imaginarmos que podemos galgar os valores absolutos cultivando os valores apenas relativos.
- e) uma relação entre a esfera superior do Bem e as pequenas manifestações do Mal, que giram em sua órbita.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.teccursos.com.br/conteudo/questoes/653878

Questão 112: FCC - AJ TRT2/TRT 2/Judiciária/"Sem Especialidade"/2018

Assunto: Interpretação de Textos (compreensão)

Em torno do bem e do mal

Quando nos referimos ao Bem e ao Mal, devemos considerar que há uma série de pequenos satélites desses grandes planetas, e que são a pequena bondade, a pequena maldade, a pequena inveja, a pequena dedicação... No fundo é disso que se faz a vida das pessoas, ou seja, de fraquezas e virtudes minúsculas. Por outro lado, para as pessoas que se importam com a ética, há uma regra simples e fundamental: não fazer mal a outrem. A partir do momento em que tenhamos a preocupação de respeitar essa simples regra de convivência humana, não será preciso perdermo-nos em grandes filosofias especulativas sobre o que seja o Bem e o Mal.

*"Não faças aos outros o que não queres que te façam a ti" parece um ponto de vista egoísta, mas é uma diretriz básica pela qual deve o comportamento humano se orientar para afastar o egoísmo e cultivar verdadeiramente o que se precisa entender por relação humana. Pensando bem, a formulação dessa diretriz bem pode ter uma **versão mais positiva**: "Faz aos outros o que quiseres que façam a ti". Não é apenas mais simpático, é mais otimista, e dissolve de vez a suspeita fácil de uma providência egoísta.*

(A partir de José Saramago. **As palavras de Saramago**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 111-112, *passim*)

A apresentação justificada de *uma versão mais positiva* daquela *diretriz básica* já referida entre aspas

- a) revela-se, de fato, como um pequeno equívoco, pois ambas as formulações encarnam um idêntico conteúdo.

- b) ressalta a importância de excluir da sentença a sombra de egoísmo de quem priorizaria não ser atingido pelo mal.
- c) deixa claro que é muito mais fácil ativar um bem de fundo egoísta do que excluir o mal de nossas ações.
- d) faz ver que as diretrizes básicas de comportamento têm o exato valor das intenções profundas que as inspiram.
- e) enfatiza a necessidade de nos iludirmos para que não vejamos o exercício do Bem ou do Mal como prática egoísta.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/653879**Questão 113:** FCC - AJ TRT2/TRT 2/Judiciária/"Sem Especialidade"/2018**Assunto:** Interpretação de Textos (compreensão)**[O poeta e a política]**

Sou um animal político ou apenas gostaria de ser? Estou preparado? Posso entrar na militância sem me engajar num partido? Nunca pertencerei a um partido, isto eu já decidi. Resta o problema da ação política com bases individualistas, como pretende a minha natureza. Há uma contradição insolúvel entre minhas ideias ou o que suponho minhas ideias, e talvez sejam apenas utopias consoladoras, e minha inaptidão para o sacrifício do ser particular, crítico e sensível, em proveito de uma verdade geral, impessoal, às vezes dura, senão impiedosa. Não quero ser um energúmeno, um sectário, um apaixonado ou um frio domesticado, conduzido por palavras de ordem. Como posso convencer a outros se não me convenceo a mim mesmo? Se a inexorabilidade, a malícia, a cruza, o oportunismo da ação política me desagradam, e eu, no fundo, quero ser um intelectual político sem experimentar as impurezas da ação política?

(ANDRADE, Carlos Drummond de. **O observador no escritório**. Rio de Janeiro: Record, 1985, p. 31)

A contradição insolúvel a que se refere o poeta manifesta-se na relação expressa entre os seguintes segmentos do texto:

- a) ação política com bases individualistas / utopias consoladoras
- b) entrar na militância / uma verdade geral, impessoal
- c) a inexorabilidade, a malícia, a cruza / o oportunismo da ação política
- d) inaptidão para o sacrifício do ser particular / conduzido por palavras de ordem
- e) Nunca pertencerei a um partido / Não quero ser um energúmeno, um sectário

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/653883**Questão 114:** FCC - AJ TRT2/TRT 2/Judiciária/"Sem Especialidade"/2018**Assunto:** Interpretação de Textos (compreensão)**[O poeta e a política]**

Sou um animal político ou apenas gostaria de ser? Estou preparado? Posso entrar na militância sem me engajar num partido? Nunca pertencerei a um partido, isto eu já decidi. Resta o problema da ação política com bases individualistas, como pretende a minha natureza. Há uma contradição insolúvel entre minhas ideias ou o que suponho minhas ideias, e talvez sejam apenas utopias consoladoras, e minha inaptidão para o sacrifício do ser particular, crítico e sensível, em proveito de uma verdade geral, impessoal, às vezes dura, senão impiedosa. Não quero ser um energúmeno, um sectário, um apaixonado ou um frio domesticado, conduzido por palavras de ordem. Como posso convencer a outros se não me convenceo a mim mesmo? Se a inexorabilidade, a malícia, a cruza, o oportunismo da ação política me desagradam, e eu, no fundo, quero ser um intelectual político sem experimentar as impurezas da ação política?

(ANDRADE, Carlos Drummond de. **O observador no escritório**. Rio de Janeiro: Record, 1985, p. 31)

Está pressuposta na argumentação de Carlos Drummond de Andrade a ideia de que a ação política

- a) deve assentar-se em sólidas bases individuais, a partir das quais se planejam e se executam as ações mais consequentes.
- b) permite que um indivíduo dê sentido às suas convicções mais pessoais ao dotá-las da universalidade representada pelas linhas de ação de um partido.
- c) costuma executar-se segundo diretrizes partidárias, às quais devem submeter-se as convicções mais particulares de um indivíduo.
- d) impede um indivíduo de formular para si mesmo utopias consoladoras, razão pela qual ele procurará criá-las com base numa ideologia partidária.
- e) liberta o artista de seu individualismo estrito, fornecendo-lhe utopias que se formulam a partir dos ideais coletivistas de um partido.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/653884**Questão 115:** FCC - AJ TRT2/TRT 2/Judiciária/"Sem Especialidade"/2018**Assunto:** Reescrita de Frases. Substituição de palavras ou trechos de texto.**A importância do imperfeito**

*O conceito de perfeição **guia muitas aspirações nossas**, seja em nossas vidas privadas, seja nos diversos espaços profissionais. Falamos ou ouvimos falar de "relações perfeitas" entre duas pessoas como modelos a serem seguidos, ou de almejar sempre a realização perfeita de um trabalho. Em algumas religiões, aprendemos que nosso objetivo é chegar ao paraíso, lar da perfeição absoluta, final de jornada para aqueles que, se não conseguiram atingir a perfeição em vida, pelo menos a perseguiram com determinação.*

*Historicamente, o perfeito está relacionado com a estética, **andando de mãos dadas com o belo**, conforme rezam os preceitos da arte clássica. Muito da criatividade humana, tanto nas artes como nas ciências, é inspirado por esse ideal de perfeição. Mas nem tudo. Pelo contrário, várias das ideias que revolucionaram nossa produção artística e científica vieram justamente da exaltação do imperfeito, ou pelo menos da percepção de sua importância.*

*Nas artes, exemplos de **rompimento com a busca da perfeição** são fáceis de encontrar. De certa forma, toda a pintura moderna é ou foi baseada nesse esforço de explorar o imperfeito. Romper com o perfeito passou a ser **uma outra possibilidade de ser belo**, como ocorre na música atonal ou na escultura abstrata, em que se encontram **novas perspectivas de avaliação** do que seja harmônico ou simétrico. Na física moderna, o imperfeito ocupa um lugar de honra. De fato, se a Natureza fosse perfeita, o Universo seria um lugar extremamente sem graça. Do microcosmo das partículas elementares da matéria ao macrocosmo das galáxias e mesmo no Universo como um todo, a imperfeição é fundamental. A estrutura hexagonal dos flocos de neve é uma manifestação de simetrias que existem no nível molecular, mas, ao mesmo tempo, dois flocos de neve jamais serão perfeitamente iguais. Não faltam razões, enfim, para que nos aceitemos como seres imperfeitos. Por que não?*

(Adaptado de: GLEISER, Marcelo. **Retalhos cósmicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 189-190)

Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- a) guia muitas aspirações nossas = orienta uma série de vocações humanas
- b) andando de mãos dadas com o belo = determinando a natureza do que seja estético
- c) rompimento com a busca da perfeição = ruptura com a admissibilidade do imperfeito
- d) novas perspectivas de avaliação = outras taxativas formas de julgar
- e) uma outra possibilidade de ser belo = um novo modo possível de beleza

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/653874

Questão 116: FCC - AJ TRT2/TRT 2/Judiciária/"Sem Especialidade"/2018**Assunto:** Reescrita de Frases. Substituição de palavras ou trechos de texto.**A importância do imperfeito**

O conceito de perfeição guia muitas aspirações nossas, seja em nossas vidas privadas, seja nos diversos espaços profissionais. Falamos ou ouvimos falar de "relações perfeitas" entre duas pessoas como modelos a serem seguidos, ou de almejar sempre a realização perfeita de um trabalho. Em algumas religiões, aprendemos que nosso objetivo é chegar ao paraíso, lar da perfeição absoluta, final de jornada para aqueles que, se não conseguiram atingir a perfeição em vida, pelo menos a perseguiram com determinação.

Historicamente, o perfeito está relacionado com a estética, andando de mãos dadas com o belo, conforme rezam os preceitos da arte clássica. Muito da criatividade humana, tanto nas artes como nas ciências, é inspirado por esse ideal de perfeição. Mas nem tudo. Pelo contrário, **várias das ideias que revolucionaram nossa produção artística e científica vieram justamente da exaltação do imperfeito**, ou pelo menos da percepção de sua importância.

Nas artes, exemplos de rompimento com a busca da perfeição são fáceis de encontrar. De certa forma, toda a pintura moderna é ou foi baseada nesse esforço de explorar o imperfeito. Romper com o perfeito passou a ser uma outra possibilidade de ser belo, como ocorre na música atonal ou na escultura abstrata, em que se encontram novas perspectivas de avaliação do que seja harmônico ou simétrico. Na física moderna, o imperfeito ocupa um lugar de honra. De fato, se a Natureza fosse perfeita, o Universo seria um lugar extremamente sem graça. Do microcosmo das partículas elementares da matéria ao macrocosmo das galáxias e mesmo no Universo como um todo, a imperfeição é fundamental. A estrutura hexagonal dos flocos de neve é uma manifestação de simetrias que existem no nível molecular; mas, ao mesmo tempo, dois flocos de neve jamais serão perfeitamente iguais. Não faltam razões, enfim, para que nos aceitemos como seres imperfeitos. Por que não?

(Adaptado de: GLEISER, Marcelo. **Retalhos cósmicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 189-190)

várias das ideias que revolucionaram nossa produção artística e científica vieram justamente da exaltação do imperfeito...

Uma nova redação do segmento acima, que preserve sua correção e seu sentido, e que se inicie por **a exaltação do imperfeito...**, poderá ter como adequada complementação

- a) possibilitou que várias ideias revolucionárias impactassem nossas artes e nossas ciências.
- b) proveniente por várias ideias acabaram por revolucionar tanto as nossas artes quanto as nossas ciências.
- c) entendida como nova revolução, acabou por influenciarem as artes e as ciências, com outras ideias.
- d) abriu portas revolucionárias para que lhe surgissem artes e ciências com ideias originais inclusas.
- e) incutiu nas artes e nas ciências, graças à seus ideais revolucionários, novas e produtivas ideias.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/653875

Questão 117: FCC - AJ TRT2/TRT 2/Judiciária/"Sem Especialidade"/2018**Assunto:** Reescrita de Frases. Substituição de palavras ou trechos de texto.**[O poeta e a política]**

Sou um animal político ou apenas gostaria de ser? Estou preparado? Posso entrar na militância sem me engajar num partido? Nunca pertencerei a um partido, isto eu já decidi. Resta o problema da ação política com bases individualistas, como pretende a minha natureza. Há uma contradição insolúvel entre minhas ideias ou o que suponho minhas ideias, e talvez sejam apenas utopias consoladoras, e minha inaptidão para o sacrifício do ser particular, crítico e sensível, em proveito de uma verdade geral, impessoal, às vezes dura, senão impiedosa. Não quero ser um energúmeno, um sectário, um passional ou um frio domesticado, conduzido por palavras de ordem. Como posso convencer a outros se não me convenço a mim mesmo? Se a inexorabilidade, a malícia, a cruzeza, o oportunismo da ação política me desagradam, e eu, no fundo, quero ser um intelectual político sem experimentar as impurezas da ação política?

(ANDRADE, Carlos Drummond de. **O observador no escritório**. Rio de Janeiro: Record, 1985, p. 31)

Está inteiramente **correto** o emprego de **ambos** os elementos sublinhados na frase:

- a) Quanto as impurezas da ação política, não lhes desejam enfrentar o poeta Drummond.
- b) À qualquer momento é facultado a um militante a mudança de partido.
- c) Devem-se abrir as portas de um partido àquele que o procura com sincera convicção política.
- d) Estará incorrendo em grave equívoco quem supor que não diz-lhe respeito à linha do partido que adotou.
- e) Não se permitam aos indivíduos egoístas que proponhem metas individualistas à linha de ação de um partido.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/653886

Questão 118: FCC - AJ TRT2/TRT 2/Judiciária/"Sem Especialidade"/2018**Assunto:** Clareza e Correção**Em torno do bem e do mal**

Quando nos referimos ao Bem e ao Mal, devemos considerar que há uma série de pequenos satélites desses grandes planetas, e que são a pequena bondade, a pequena maldade, a pequena inveja, a pequena dedicação... No fundo é disso que se faz a vida das pessoas, ou seja, de fraquezas e virtudes minúsculas. Por outro lado, para as pessoas que se importam com a ética, há uma regra simples e fundamental: não fazer mal a outrem. A partir do momento em que tenhamos a preocupação de respeitar essa simples regra de convivência humana, não será preciso perdermo-nos em grandes filosofias especulativas sobre o que seja o Bem e o Mal.

"Não faças aos outros o que não queres que te façam a ti" parece um ponto de vista egoísta, mas é uma diretriz básica pela qual deve o comportamento humano se orientar para afastar o egoísmo e cultivar verdadeiramente o que se precisa entender por relação humana. Pensando bem, a formulação dessa diretriz bem pode ter uma versão mais positiva: "Faz aos outros o que quiseres que façam a ti". Não é apenas mais simpático, é mais otimista, e dissolve de vez a suspeita fácil de uma providência egoísta.

(A partir de José Saramago. **As palavras de Saramago**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 111-112, passim)

Está clara, correta e coerente a **redação** deste livre comentário sobre o texto:

- a) O festejado escritor Saramago, de cujas virtudes de pensador e ficcionista não haja quem reconheça, dedica-se nesse texto à uma reflexão de alto caráter ético.
- b) É fato, que quando se trata da ética, pensemos em altos valores, nos esquecendo que nos pequenos gestos têm as mesmas qualidades inerentes dos grandes.
- c) As formulações ressaltadas no texto, sobre um ponto de vista ético, evidencia-se como uma preocupação de afastar o sentido supostamente egoísta de uma frase.
- d) Saramago prefere a simplicidade de uma formulação sintética à ambição da filosofia que busca constituir um sofisticado sistema de diretrizes éticas.
- e) Costumam advir das preocupações éticas um cuidado extremo com os mais altos valores em vez de se preocupar com a prática que cabem aos pequenos.

Esta questão possui comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/653881

Raciocínio Lógico**Questão 119:** FCC - AJ TRT4/TRT 4/Apoio Especializado/Tecnologia da Informação/2015**Assunto:** Princípio da casa dos pombos

Em uma caixa há 30 bolas, numeradas de 1 a 30, todas com numeração diferente. O menor número de bolas que devem ser retiradas ao acaso dessa caixa para se obter, com certeza, duas bolas com numeração ímpar e menor que 19 é igual a

- a) 24.
- b) 23.
- c) 21.
- d) 19.
- e) 22.

Esta questão **possui** comentário do professor no site.

www.tecconcursos.com.br/conteudo/questoes/299191

Gabarito

1) E	2) E	3) C	4) D	5) D	6) D	7) E
8) A	9) A	10) D	11) E	12) C	13) D	14) D
15) E	16) D	17) D	18) C	19) E	20) C	21) A
22) D	23) C	24) A	25) C	26) B	27) E	28) C
29) C	30) D	31) A	32) A	33) E	34) B	35) B
36) A	37) C	38) E	39) D	40) D	41) D	42) B
43) A	44) E	45) E	46) A	47) C	48) E	49) B
50) A	51) E	52) D	53) B	54) D	55) B	56) C
57) B	58) E	59) B	60) A	61) B	62) E	63) E
64) C	65) C	66) D	67) E	68) D	69) D	70) E
71) D	72) E	73) B	74) B	75) A	76) B	77) E
78) C	79) A	80) B	81) A	82) E	83) C	84) A
85) C	86) D	87) C	88) D	89) D	90) A	91) E
92) B	93) E	94) B	95) C	96) D	97) B	98) A
99) E	100) A	101) C	102) A	103) E	104) A	105) C
106) E	107) E	108) D	109) C	110) B	111) A	112) B
113) D	114) C	115) E	116) A	117) C	118) D	119) B